INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

ARQUIVO PALMA MUNIZ

GUIA

Ana Negrão do Espírito Santo
José Maia Bezerra Neto
Karla Souza
Organizadores

EDITORA
CORDOVIL
E-books

Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Arquivo "Palma Muniz"

GUIA

Ana Negrão do Espírito Santo
José Maia Bezerra Neto
Karla Souza
Organizadores

Com colaboração de Cristian Mayko

2021

EDITORA CORDOVIL E-books

Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Arquivo "Palma Muniz"

GUIA

Instituto Histórico e Geográfico do Pará

PRESIDENTE:
ANAÍZA VERGOLINO E SILVA
VICE- PRESIDENTE:
JOSÉ MAIA BEZERRA NETO
1º SECRETÁRIO:
ROBSON WANDER COSTA LOPES
2º SECRETÁRIO:
HELENA DORIS DE ALMEIDA BARBOSA
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO:
MARCUS P. RUFFEIL RODRIGUES
DIRETOR DE ARQUIVO:
ÉLSON LUIS ROCHA MONTEIRO
DIRETOR DE MUSEU:
MARCELA GUEDES CABRAL
DIRETOR DE BIBLIOTECA:
PEDRO ROCHA SILVA
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:
PAULA ANDRÉA CALUFF RODRIGUES
DIRETOR DE PUBLICAÇÕES:
TIAGO VELOSO DOS SANTOS

Copyright © Ana Negrão do Espírito Santo; José Maia Bezerra Neto; Karla Souza.
Todos os direitos desta edição reservados aos organizadores.

Instituto Histórico e Geográfico do Pará
Rua D'Aveiro-Cidade Irmã, 62
Cidade Velha, CEP: 66.020-610, Belém-Pa
Editora Cordovil E-books
Revisão: Ana Negrão do Espírito Santo
José Maia Bezerra Neto.
Fotografias: Roberto Cavalleiro de Macedo.

G 943

Arquivo "Palma Muniz" - GUIA
Belém: Instituto Histórico e
Geográfico do Pará. Ana Negrão
do Espírito Santo; José Maia
Bezerra Neto; Karla Souza. (Org).
Belém: Editora Cordovil E-books /IHGP, 2021, 190p.
ISBN: 978-65-88086-11-7.
1. Pará_História. 2. Arquivologia.
I. Instituto Histórico e Geográfico do Pará _ IHGP. II. Guia - Arquivo "Palma Muniz".

CDD 981.1: (09.811).

Agradecimentos

Embora envolvendo uma equipe numerosa de participantes, em suas diversas atividades e momentos, o Projeto de Organização do Arquivo "Palma Muniz" do Instituto Histórico e Geográfico do Pará-IHGP, não teria sido possível sem a ajuda de uma série de pessoas e instituições que, prontamente, auxiliaram-nos, ainda na década de 1990. Somente dessa forma, diga-se a verdade, conseguiu-se a obtenção dos recursos financeiros, humanos e materiais imprescindíveis à concretização do presente trabalho.

Neste momento, em que apresenta-mos ao público o presente Guia, nada mais justo que expressar sinceros agradecimentos aos nossos incentivadores e colaboradores. Em primeiro lugar, aos sócios do Silogeu, particularmente ao Dr. Silveira Netto, na época Presidente do IHGP, que autorizou a realização de nosso trabalho nas dependências do Instituto, junto ao seu acervo documental, depositando sua confiança em nossa proposta, acreditando não termos desapontado-o; também ao Dr. Raynero Maroja, na época Tesoureiro do IHGP, sempre solícito em acompanhar-nos ao Banco do Estado do Pará para o saque das somas depositadas pela Fundação Cultural do Município de Belém/Fumbel na conta do Instituto. Nos últimos estágios do Projeto, ao Dr. Victor Tamer, na interinidade da Presidência do IHGP, que se demonstrou sempre prestativo a qualquer auxílio necessário à conclusão desta atividade, também somos gratos. Aos sócios efetivos do Instituto, acima citados, fique este Guia como uma homenagem *in memoriam*.

Outro sócio efetivo, a quem expressa-mos nossos votos de gratidão, é ao Professor Doutor Geraldo Mártires Coelho que, desde o primeiro instante, prestou seu apoio à organização do Arquivo do IHGP, seja como membro do Silogeu, seja como Professor do antigo Departamento de História da UFPA, seja como um dos dirigentes da Fumbel na época (dezembro de 1995), apoiando a aprovação do patrocínio do Projeto de Organização do Arquivo do IHGP pela Fundação Cultural do Município de Belém.

Um agradecimento especial à Professora Ruth Bulamarqui de Moraes, Professora aposentada do antigo Departamento de História da UFPA, na época da realização do projeto ocupando a Presidência da Fundação Cultural do Município de Belém /Fumbel, posteriormente sócia efetiva do IHGP, que garantiu o patrocínio das atividades do Projeto pela Fumbel, sem o que não teria sido possível a sua efetivação.

À Professora Marlene Matos, na época Pró-Reitora de Ensino e Graduação da Universidade Federal do Pará-UFPA, agradecemos a concessão de três bolsas de ensino aos discentes de história, possibilitando não só o

aprendizado do ofício de pesquisador a esses alunos, como permitindo aumentar o número de pessoas necessárias ao Projeto.

Ainda, no âmbito da Universidade Federal do Pará, registramos nossos agradece-mentos às Professoras Doutoras Maria de Nazaré Sarges, Edilza Fontes e Magda Ricci, da Faculdade de História da UFPA, pelo incentivo dado ao Projeto. Diversos outros docentes desta Faculdade também estiveram conosco no IHGP, expressando seu apoio, embora as dificuldades e incertezas fossem constantes. Agradecemos também à Professora Doutora Jane Felipe Beltrão, da Faculdade de Antropologia da UFPA, sua prestatividade junto a toda equipe do Projeto, durante várias manhãs de trabalho no IHGP, quando lá fazia sua pesquisa para sua tese de doutoramento.

A organização de um arquivo, obviamente, despertou a atenção da Direção do Arquivo Público do Estado do Pará, na época o Professor Dr. Márcio Meira, atualmente sócio honorário do IHGP, que, desde o começo de nossas atividades, acompanhou empolgadamente passo a passo o desempenho de nossas atividades, sendo-nos sempre solícito e amigo dessa causa.

À equipe de colaboradores do IHGP não podemos deixar sem registro, sob o risco de grave injustiça, o nosso agradecimento. Em particular, ao Professor Carmélio Cruz, *in memorian*, funcionário do Museu da UFPA cedido à administração do IHGP e sócio honorário do mesmo Instituto, sempre solícito ao atendimento de nossas demandas, tornando-se fiel colaborador em seu zelo pessoal pela guarda da documentação constante do acervo do IHGP. Com toda certeza, o Professor Cruz mais que um colaborador, em função de suas atividades junto ao IHGP, acabou sendo parte informal da equipe do Projeto. Professor Cruz compartilhava de nossas angústias e preocupações que, vez por outra, sondavam as nossas mentes e corações, diante de tarefa nem sempre fácil.

Enfim, os organizadores deste trabalho, em sua reta final, agradecem uns aos outros pela paciência, confiança e dedicação ao Projeto, contribuindo não apenas profissionalmente, mas, envolvendo-se apaixonadamente pela concretização do mesmo. Bem como aos discentes do curso de graduação em História, hoje já formados e trilhando seus caminhos profissionais, ávidos em conhecer como se faz um arquivo por dentro. Tais estudantes, na época do Projeto, foram os nossos estagiários que se colocaram de forma entusiasmada no "front" da higienização de pilhas e mais pilhas de documentos velhos há muito abandonados. Foram eles: Alírio Carvalho Cardoso, Cláudia Márcia Dias Silva, Deyse Mendes da Silva, Elizane Gomes Maciel, Érika Viviane Barbosa Akel Fares, Fábia do Socorro Cruz Martins, Francinete Maria Cunha de Melo, Ílziris Conceição Tavares Miranda, João Nei Eduardo da Silva, Maria Alice Miranda Corrêa, Maria Roseane Corrêa Pinto, Marilene Miranda da Silva e Renata Nascimento de Araújo.

Na época de organização e criação do Arquivo "Palma Muniz", nos anos finais da década de 1990, o registro fotográfico das diversas etapas do trabalho e das condições do acervo e de seus resultados iniciais foram realizada pelas lentes de Roberto Cavalleiro de Macedo, arquiteto pela UFPA, depois mestre em Engenharia Civil e professor do IFPA.

Mais recentemente, na primeira década do século XXI, quando o Instituto Histórico e Geográfico do Pará foi fechado para iniciar as obras de restauro do Projeto Monumenta, o acervo do Arquivo "Palma Muniz" foi acondicionado em caixas de papelão numeradas, e identificadas como documentos de arquivo para distinguir do acervo da biblioteca. Após a entrega do prédio do IHGP, houve então uma nova reorganização do acervo do Arquivo "Palma Muniz".

Desta feita, por meio de convênio entre a Embaixada norte-americana e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, o projeto de reorganização da documentação do Arquivo "Palma Muniz" foi contemplada com o financiamento necessário. Iniciamos o trabalho em junho de 2013, conferindo todos os documentos para verificar se não houve nenhum extravio no decorrer do restauro do prédio. Os documentos passaram novamente por higienização, sendo acondicionados em papéis não alcalinos, amarrados com fio de algodão e colocados em caixas arquivo, com etiquetas e identificação.

Nessa fase contamos com o envolvimento de 4 bolsistas do curso de Museologia da UFPA: Adrielle Bessa; Cleyton Rayol; Jully Anne Lima e Luiz Felipe Mosquera; e de 5 bolsistas d curso de graduação em História da UFPA: Anderson Lobato; Rafael Aikiyama; Yannick Kallil; Vinicius e Rafael; a quem agradecemos.

Na revisão da digitação do Guia, por fim, tivemos o auxílio da Historiadora Juliana do Nascimento Medeiros, mestranda em História da UFPA; bem como a colaboração inestimável do Arquivista Cristian Mayko, da Universidade Federal do Pará, responsável juntamente com a Arquivista Ana Negrão do Espírito Santo pela revisão técnica do Guia, a quem ficamos igualmente gratos.

Após a conclusão do trabalho, reiniciamos a elaboração final do Guia do Arquivo Palma Muniz, instrumento de pesquisa que tem como objetivo fornecer informações gerais sobre os fundos e coleções existentes no arquivo.

Ao Professor Cruz e à equipe que esteve conosco nessa trajetória, que comeram poeira e brigaram com fungos e traças ao nosso lado, dedicamos este Guia.

Prefácio

É com imensa satisfação, que o Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP como ponto alto da programação comemorativa pelos 121 anos de sua fundação, faz o lançamento, em versão e-book, do Guia do Arquivo "Palma Muniz" seu acervo documental assim designado em homenagem à JOÃO PALMA MUNIZ (1873 – 1927), paraense, natural na cidade de Vigia, engenheiro civil, geógrafo, historiador, intelectual destacado em sua época, tendo sido um dos fundadores do IHGP no ano de 1900.

Esta versão globalizada do guia que merecidamente leva seu nome, atualiza a publicação anterior que circulou impressa, por tanto em âmbito restrito, a partir do ano de 2005. Ao realizar esse lançamento, o IHGP se sente recompensado em poder cumprir o que estabelece o Artigo 1º de seus Estatutos no que diz respeito ao "fazer a difusão dos conhecimentos de história [...]". Entende o IHGP que o recurso de um guia digital seja o passo que faltava para tornar acessível, e de forma irrestrita, o seu acervo documental para todos aqueles pesquisadores da História da Amazônia que, na metodologia de sua investigação social, queiram recorrer à utilização de documentos.

Para as pesquisas dessa natureza o IHGP, através do seu arquivo "Palma Muniz", oferece como fontes de documentação um alentado numero de REGISTROS **INSTITUCIONAIS ESCRITOS**, composto de **Registros governamentais** a saber Atas, Resoluções, Ofícios e demais documentos procedentes de casas legislativas dos atuais Estados do Pará e Amapá dos séculos XVIII e XIX. Como também de **Registros não governamentais** que ajudam a recompor a história, a organização e funcionamento de inúmeras sociedades e/ou associações militares, religiosas e civis, existentes no Pará nos séculos XIX e XX.

Deste ultimo grupo ressalto como exemplo a documentação sobre o próprio IHGP no período de 1917 a 1980 (século XX). Como também os 30 livros oriundos da Santa Casa de Misericórdia do Pará contendo a relação dos sepultamentos feitos no Cemitério de Nossa Senhora da Soledade de Belém, no período de 1850-1880 (sec. XIX).

Embora limitado, ainda podemos incluir nos importantes **REGISTROS ESCRITOS**, os **Documentos coletados** pelo próprio Palma Muniz por sabermos que, do ponto de vista da pesquisa com documentos podem ser de grande valia na pesquisa social. Neste caso, reunidos por um dos mais notáveis intelectuais fundadores do IHGP. É dele o legado de uma preciosa coleção de impressos de cunho politico e que figura no Acervo com a designação de "Panfletos". Um registro documental, que na definição do historiador Geraldo Coelho, trata-se de uma "literatura panfletária" produzida no Pará no final da era

política do intendente Antonio Lemos. E que sem duvida pode figurar como vozes que se fizeram ouvir no clima da agitação politica que sacudiu o Estado no início do século XX.

Em resumo, a documentação fornece ao pesquisador dados certamente úteis para a composição de uma história administrativa, politica e social, tanto regional quanto local.

O trabalho de salvaguarda e organização desse acervo possui duas fases. A primeira teve inicio em janeiro de 1996 a partir do "Projeto de Organização do Acervo Documental do IHGP" de autoria do historiador Jose Maia Bezerra Neto da UFPA e sua equipe que teve, na coordenação arquivística a bibliotecária Ana Negrão do Espirito Santo, e que contou ainda com a docente Karla Souza, além de treze discentes de graduação da UFPA. O projeto que foi financiado pela Fundação do Município de Belém – FUNBEL, na época presidida pela historiadora Ruth Burlamaqui de Moraes e assessoria do historiador Geraldo Mártires Coelho, foi concluído no ano seguinte (1997), e teve disponível a primeira versão impressa do seu Guia no ano de 2005. O acervo uma vez organizado e acondicionado, foi alojado em uma das salas do piso térreo do Solar Barão do Guajará, sede do IHGP. Todavia, os anos seguintes de 2008, 2009 e 2010 representaram um período de grande adversidade para o acervo em razão do fechamento do Solar que havia sido incluído no PREGRAMA MONUMENTA para fins de Reforma e Restauração do imóvel. É que as obras aconteceram com todos os acervos do IHGP no interior do prédio sendo que, no caso do Palma Muniz, o acervo documental foi acondicionado em caixas de papelão que permaneceram naquele "canteiro de obras".

Por outro lado, a reforma perdeu seu cronograma em decorrência das várias interrupções consequentes do desacerto financeiro que passou a existir entre o Governo Federal e sua parceira, a Prefeitura de Belém. A todos esses transtornos somou-se o falecimento do então presidente do IHGP, Guaraciaba Quaresma Gama, no mês de junho de 2010.

Passado o período do "mandato tampão" (julho/2010 a março/2011), em abril de 2011 foram realizadas as eleições regimentais e, em maio do mesmo ano, a posse da nova Diretoria que trazia meu nome com Presidente para conduzir o IHGP no mandato de 2011 a 2014.

Na primeira visita de nossa Diretoria ao Solar, era desolador ver as condições em que se encontravam os acervos do IHGP notadamente o Arquivo Palma Muniz em caixas de papelão deterioradas que o deixara exposto e coberto pela poeira da construção. Recuperar esse e os demais acervos era, sem dúvida, um grande desafio para nossa gestão que estava impossibilitada de apresentar o IHGP como proponente de projetos por conta das inúmeras irregularidades que apresentava, sobretudo dividas municipais e estaduais não quitadas e um CNPJ desatualizado desde sua última gestão nos anos 90.

Uma possibilidade de ajuda já havia sido vislumbrada pelos contatos pessoais de arquiteta e Sócia Efetiva Jussara Derenji com a agente consular dos Estados Unidos em nossa cidade, senhora Christine Moore Serrão. Já em novembro de 2010 a Confreira em questão, especialmente preocupada com a Pinacoteca do IHGP, havia encaminhado em mãos, uma apresentação do Instituto para aquela autoridade. A iniciativa teve receptividade pois no mês seguinte foi solicitado ao IHGP a elaboração de um projeto de restauração de suas obras e peças o qual deveria ser encaminhado para Ambassadors Fund for Cultural Preservation (AFCP) em Brasília. Referido projeto foi de imediato encaminhado formalmente agora em nosso nome como Presidente do IHGP. A partir daquele momento teve inicio uma tramitação e negociação promissora uma vez que os critérios da Embaixada dos Estado Unidos eram outros plenamente preenchidos pelo IHGP como fossem, ser uma associação cultural de Utilidade Publica e de reconhecimento não recente; não ter fins lucrativos; e ser gerenciado de forma voluntária por sua Diretoria. Documentos que uma vez exigidos foram imediatamente enviados com reconhecimento cartorial.

A partir daquele momento, a negociações passaram a ser tratadas diretamente com o senhor Justin Thomas, Adido Cultural Adjunto da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília e sua Assistente Cultural Ramona Sandoval.

Como também a negociação passou à fase de triagem daqueles acervos que a Embaixada norte-americana iria ou não patrocinar a recuperação. No critério da embaixada ficaram de fora o acervo mobiliário e o acervo das duas bibliotecas do IHGP nomeadas como Barão do Guajará e José Verissimo.

Nesse interim, técnicos culturais da embaixada estiveram em Belém para conferir *in loco* o conteúdo dos acervos. E neste ponto, teve inicio a segunda fase de salvaguarda do Acervo "Palma Muniz" por ele ter sido selecionado sem muitos questionamentos, pela sua contribuição à História regional e local da Amazonia. Mas sobretudo pela originalidade de algumas fontes do acervo que foram aquelas já ressaltadas ao falarmos dos **Registros Institucionais não Governamentais**, especialmente aquelas fontes ligadas ao próprio Palma Muniz igualmente já ressaltadas.

Finalmente, no dia 09 de novembro de 2012 acontecia, nas dependências do Sola Barão do Guajará, a assinatura do Convênio entre a Embaixada norte-americana na pessoa do Sr. Todd Chapman e a Presidência do IHGP, na minha pessoa.

Após os últimos ajustes institucionais formais, a ação de salvaguarda e reorganização do Acervo Palma Muniz era retomada em junho de 2013, novamente sob a coordenação geral do historiador José Maia Bezerra Neto e a coordenação arquivística da bibliotecária Ana Negrão do Espirito Santo, com a

participação de 04 bolsistas do Curso de Museologia e 05 bolsistas do Curso História da Universidade Federal do Pará (UFPA).

E na data de hoje, 06 de maio de 2021, 08 anos após a segunda etapa de um árduo trabalho em prol de sua proteção, e 16 anos após a primeira tentativa de sua divulgação, o Guia do Arquivo Palma Muniz em sua versão E-book ganha o mundo e, com isso compartilha e revela ao mundo a existência e importância do Instituto Histórico e Geográfico de Pará.

Anaíza Vergolino e Silva
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará
Cadeira Nº 12
Patrono Bernardo Pereira de Berredo

Apresentação[1]

O nascimento da historiografia brasileira deu-se, por assim dizer, como um corolário da própria emergência da nacionalidade, como uma imagem do quadro maior que foi a emancipação política do Brasil. Com efeito, em 1838, pouco mais de uma década após a proclamação da independência (1822), era fundado, no Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Concebido nos mesmos moldes do *Institut de France*, a agremiação brasileira emergia das visões que, sobre o país e a sua história, possuíam as elites letradas que protoganizaram a autonomia política do Brasil, bem como das preocupações com o que elas entendiam representar o futuro do país e da nacionalidade.

De inspiração romântica, desse Romantismo tão essencialmente francês e que sempre esteve tão próximo aos *gens de lettres* do Brasil oitocentista, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro chamou a si o construir a nação, o revelar o seu caráter, o proclamar o seu gênio, o glorificar a sua identidade. E na condição de elevada instância intelectual, num país dominado pela escravidão e pela falta de letras, a associação acabou carregando consigo as marcas próprias de uma instituição produtora de um saber erudito e elitizado. Anterior à constituição formal do II Reinado, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro seria uma das legendas da monarquia e uma das construções simbólicas, talvez de todas a mais expressiva, que emprestaram legitimidade e grandeza aos brasões da Casa de Bragança então reinante no Brasil.

Mantida sob a proteção de D. Pedro II, seu grande mecenas, a associação cultural criada por Januário da Cunha Barbosa construiria um *projeto* revelador do Brasil, melhor dizendo, de invenção do país e da nação, precisamente através dos estudos históricos, geográficos e etnográficos. Na esteira, pois, do Romantismo, caberia aos talentos brasileiros, escudados na ciência histórica da época, a tarefa de localizar, inventariar, organizar e dar a conhecer os materiais necessários à escrita da história nacional. Tal como ocorrera na Europa daquele Século da História que foi o Oitocentos, construir a nação era revelar e enaltecer o seu passado, conhecendo os meios, os modos e as maneiras como o gênio nacional habitara a primavera dos povos.

Na esteira dessas preocupações, ao longo do século XIX e mesmo já começado o XX, o Instituto Histórico espalhou-se pelas Províncias e, depois, Estados brasileiros. Desse movimento ascendente e constante resultou, como é compreensível, dadas as características da sociedade brasileira, a afirmação de uma historiografia acadêmica, sobretudo política na sua visão, sem contemplação para com os fundamentos sociais e culturais da realidade brasileira. Era, pois, a historiografia *possível* naquele contexto material e mental então dominante no

[1] Nota dos organizadores: o presente texto de apresentação foi escrito a pedido dos organizadores quando da elaboração da primeira versão manuscrita deste Guia, no final da década de 1990, quando o Prof. Dr. Geraldo Mártires Coelho presidia o IHGP.

Brasil, mas, uma historiografia extremamente rica no que se propunha realizar como representação da história brasileira.

Independentemente das características discursivas da historiografia produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quer as dos modelos adotados, quer as das visões de mundo consagradas, é incontestável o fato de o conhecimento, a narrativa histórica dominante no cenário intelectual brasileiro por mais de cem anos haver saído dos círculos letrados reunidos na agremiação cultural promovida e mantida pelo mecenato de D. Pedro II. Assim, qualquer projeto ou leitura que se volte para a formação do tecido intelectual brasileiro, contemplando as elaborações que as elites letradas dos país realizaram no século XIX e grande parte do XX, não pode realizar-se sem uma profunda viagem aos domínios de Clio, no Brasil necessariamente confundidos com as sólidas regiões do saber histórico dominadas pelo Instituto Histórico, estabelecido no Rio de Janeiro e nas principais capitais brasileiras.

Assim, é com marcante significado que vem à luz este *Guia do Arquivo "Palma Muniz"*, reunindo parte da preciosa documentação pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Além de documentos que remetem à vida e à administração de Belém nos séculos XVIII e XIX (Câmara Municipal), outros são também de igual valor, como a própria documentação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará ou, ainda, a preciosa coleção de folhetos que pertenceu ao historiador Palma Muniz, na qual predomina a literatura panfletária produzida no Pará nos anos que marcaram o final do *consulado* de Antônio Lemos.

Louve-se a hora em que a Prefeitura de Belém, num trabalho que começou na administração Hélio Gueiros e que continuou ao longo da administração Edmilson Rodrigues, voltou-se para a recuperação do patrimônio, documental e institucional, representado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Grande parte da história de Belém encontra-se no acervo ora recuperado, uma história ainda não escrita, à espera do trabalho dos historiadores, da insuperável arqueologia que acabará trazendo à luz outros rostos, muitos rostos desta cidade que pede zelo e respeito pelo seu patrimônio cultural, pela sua história, pela identidade que ostenta.

Construir a identidade sócio-cultural da cidade, enraizando valores e visões de mundo, custou o trabalho, mas, também, o sangue e os sonhos de todos, dos seus pais fundadores, alguns celebrados no bronze, e dos seus filhos anônimos, muitos habitando o silêncio dos arquivos, precisamente onde devem ser buscadas as suas vozes. Somos, administradores e integrantes da sociedade civil, herdeiros e responsáveis pelo legado histórico da sociedade que nos têm como sujeitos, mas, em relação à qual, pelo imperativo do devir histórico, assumimos a condição de objeto da sua História. A luta que se impõe é entre a fala e o silêncio. Ousemos, sempre, pela força criadora da primeira!

Geraldo Mártires Coelho
Sócio Emérito
Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Sumário

Agradecimentos 5
Prefácio 8
Apresentação 12
Introdução 15
Arquivo "Palma Muniz":
do abandono à preservação da memória documental paraense. 18
Lista de Abreviaturas 32
Guia do Arquivo Palma Muniz 35
Bibliografia 198
Funcionamento 200

Introdução

Tudo começou no mês de dezembro de 1995, há quase trinta anos atrás. Foi naqueles dias de final de ano que, em visita ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará-IHGP, nos ocorreu a necessidade de "salvarmos" a documentação pertencente ao acervo dessa instituição. A mesma, como é possível perceber pelo relato expresso nesta publicação, há muito havia sido esquecida, depositada que estava sobre uma imensa e pesada mesa da antiga Loteria Estadual, dentro de um dos compartimentos da ala esquerda do prédio do silogeu. Aliás, assim a encontramos graças à prudência de alguns pesquisadores que por lá haviam passado bem antes de nós, retirando essa massa documental do chão, colocando-a sobre a dita mesa, evitando a umidade do piso.

Mas, como relatávamos há pouco, foi naquele dezembro de 1995 que o Professor José Maia Bezerra Neto havia tomado contacto com o IHGP em busca da documentação da Câmara Municipal de Belém, especificamente os Anais da Câmara relativos ao século XIX, que embora fosse tida e havida por muitos como acervo perdido, alguns outros pesquisadores sabiam ou desconfiavam estar guardada no Instituto. A partir da visita ao silogeu, verificou-se lá estar a referida documentação, "descobrindo-se", ainda, inúmeros outros fundos de documentos carentes de intervenção por parte de pesquisadores e arquivistas habilitados à execução da tarefa de organização de um arquivo, cujo acervo revelou-se inestimável para a História paraense, particularmente da cidade de Belém.

Aliás, observando a riqueza documental do acervo do IHGP, também impressionávamos como até então não havia sido realizado ou obtido sucesso qualquer proposta de trabalho de organização da referida documentação, que parecia-nos condenada ao esquecimento. Ficava-nos, então, patente a necessidade de fazermos "ouvidos de mercador" às lamentações e hipotéticas dificuldades e problemas de toda ordem, e muitas houvera de fato, que se creditavam como obstáculos intransponíveis à realização do presente trabalho, não somente elaborando o Projeto; formando e treinando a equipe; obtendo o financiamento; como conquistando o apoio da direção do IHGP para a realização deste trabalho, afinal, naquele momento inicial, éramos estranhos em casa alheia.

O projeto somente foi possível por que obteve desde o primeiro instante seu patrocínio pela Fundação Cultural do Município de Belém (Fumbel-PMB), conforme rezava convênio assinado entre o Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a Fumbel. Bem como obteve três bolsas de ensino concedidas pela Pró-Reitoria de Ensino e Graduação da UFPA, além de outros apoios.

O Projeto de Organização do Acervo Documental do IHGP iniciou em janeiro de 1996 as suas atividades de higienização da massa documental, terminando-a após seis meses de trabalho diário da equipe. Mas, se de um lado

higienizava-se a documentação, por outro, já era iniciada a identificação da documentação empacotada e acondicionada em estantes de ferro adquiridas pelo projeto para esse fim. Produzindo-se, portanto, as informações necessárias à elaboração do presente Guia, sob a coordenação técnica da Arquivista e Biblioteconomista Ana Negrão do Espírito Santo. Assim é que, até fins do ano de 1996, foi terminada a segunda etapa do Projeto, ou seja, a realização da identificação do acervo do Arquivo do IHGP, cujo trabalho permitiu a redação inicial deste Guia, por sua vez, objeto de nossas labutas durante o primeiro semestre de 1997, ainda que, a edição não tenha ocorrido.

De lá para cá, obviamente, os coordenadores do Projeto revisaram o Guia do Arquivo "Palma Muniz", a partir de um novo contato com a documentação, até porque houve novas incorporações ao referido acervo, tratando-se de documentação que não havia sido "descoberta" à época de realização do Projeto, uma vez que se encontrava ainda "perdida" pelo silogeu.

Aliás, quando da reabertura do prédio do IHGP nos anos finais da primeira década do século XXI, após a conclusão das obras de reforma e restauração, fora o acervo do Arquivo "Palma Muniz" novamente higienizado, reorganizado, reinventariado e revisto o seu Guia, com recursos oriundos do patrocínio ofertado à época pela Embaixada dos Estados Unidos da América.

Foi assim que fizemos um projeto cuja envergadura social é indiscutível, pois, não de pode construir plenamente a cidadania de um povo sem o conhecimento de sua história, lastreada na preservação de sua memória, neste caso documentos da História do Pará, particularmente de Belém.

Mas, ainda, fica um dado a esclarecer: porque se denominou o Arquivo, antes inexistente, de "Palma Muniz"? Enquanto realizávamos a tarefa de organização do Arquivo do IHGP, achamos por bem, com o consentimento da direção do Instituto, na época Dr. Silveira Netto, denominar o referido Arquivo com o nome de um dos seus mais importantes sócios: João de Palma Muniz (1873-1927), que embora engenheiro de formação, exercendo essa profissão, ficou conhecido como historiador e competente pesquisador de nossa história, deixando-nos publicadas diversas obras (ver imagens 1 e 2, ao final desta Introdução). A referida escolha pautou-se ainda pela "descoberta" no acervo documental do IHGP, de diversas peças documentais coletadas pelo historiador Palma Muniz, que juntamente com parte de seu mobiliário (belas estantes de madeira com o nome entalhado) de sua biblioteca foram doados ao IHGP, sendo documentação rara que integra o "Fundo: Coleção Palma Muniz". Nada mais justo, portanto, que homenageá-lo, considerando também que, desde aquela época já se constituía prática comum a indiferença com a memória documental, sendo disseminada entre funcionários e dirigentes de órgãos públicos a necessidade de destruição daquilo que consideravam, como ainda hoje, como papéis velhos entulhando gavetas, armários e estantes que, portanto, precisam ser descartados para abrir espaço aos novos documentos produzidos pela rotina burocrática estatal.

Acreditamos, enfim, que a publicação deste Guia venha encerrar este Projeto, tal como a pedra que faltava a uma obra inacabada, permitindo aos seus leitores a consulta de um importante instrumento de pesquisa junto ao acervo do Arquivo "Palma Muniz" do Instituto Histórico e Geográfico do Pará - IHGP.

Ana Negrão do Espírito Santo
José Maia Bezerra Neto
Karla Souza
Organizadores.

Imagens 1 e 2: Fotografias do engenheiro e historiador João de Palma Muniz (1973-1927), publicadas nas Revistas do IHGP. Fonte: Acervo do IHGP.

Arquivo "Palma Muniz": do abandono à preservação da memória documental paraense.•

Ana Negrão do Espírito Santo
José Maia Bezerra Neto.

Sobre o IHGP.

Fundado em 3 de maio de 1900, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará - IHGP, distintamente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, surgiu em plena República, reunindo diversos integrantes da *intelligentzia* e personagens políticas destacadas da chamada "sociedade da borracha".[2]

Visando a construção de uma história e memória da mesma, marcadamente *événementielle*, o IHGP acabava preservando os valores conservadores dos grupos sociais hegemônicos na sociedade paraense da época em que foi estruturado, não sendo, inclusive, evento isolado: no mesmo período, na mesma data, havia sido fundada a Academia Paraense de Letras, segundo o modelo francês, culminando o processo de efervescência cultural e literária por qual passava a cidade de Belém, principal urbes do Norte do país, durante os anos da *folies du látex*.[3]

Ao mesmo tempo em que se fundava a Academia Paraense de Letras – APL, lembre-se, ainda, que a fundação do IHGP ocorreu no contexto marcado pelas comemorações do quarto centenário do "Descobrimento do Brasil", sob os auspícios de um novo século que se avistava cada vez mais próximo à medida que terminava o ano de 1900, o último do século XIX; bem como de um regime político ainda novo, a República, em busca de sua consolidação e legitimidade nas mentes e corações dos brasileiros. Em meio a essas questões, o Governo do Estado do Pará publicara a obra denominada *O Pará em 1900*, revelando aquilo que ganhava vulto entre os intelectuais da terra paraense, ou seja, a preocupação com a escrita de uma história e a demarcação dos lugares dessa memória sob a égide republicana.

• Uma versão deste artigo, com o título: "Arquivo Palma Muniz: um novo espaço para a pesquisa", foi anteriormente publicada na *Revista de História da USP*, número 138, 1º semestre de 1998, páginas 181-183.

[2] Acerca do perfil do IHGB, ver SCHWARCZ (1993). Consultar também GUIMARÃES (1988) e COELHO (1981). As análises construídas sobre o papel do IHGB na historiografia nacional constituem-se sugestivas para uma reflexão acerca do IHGP.

[3] Sobre o assunto, conferir AZEVEDO (1990).

É verdade, entretanto, que o IHGP não conseguiu manter-se consolidado, esvaindo-se em pouco tempo, da mesma forma que a APL igualmente posteriormente reestruturada. Somente em 1917, no contexto das comemorações do tricentenário da fundação da cidade de Belém do Pará, em 1916, foi o IHGP reinstalado, passando a ocupar papel de destaque na proposição e produção do conhecimento da história regional, [4] reunindo em suas fileiras os nomes tradicionais e geralmente consagrados da historiografia paraense, como, por exemplo, Palma Muniz; Ernesto Cruz; Jorge Hurley; entre outros.

Nesta perspectiva, a publicação da revista do IHGP e a preocupação com a guarda de obras bibliográficas (biblioteca); de variado acervo iconográfico (museu); e, particularmente, de importante documentação manuscrita e impressa, datada desde pelo menos as primeiras décadas do século XVIII, de origem diversa (arquivo), enquadravam-se nos propósitos do IHGP como guardião oficial de nossa memória e história pátria e regional.

Esta perspectiva, inclusive, foi mantida ao longo das décadas de existência do Instituto, ainda que pese as reformas empreendidas em seu seio. Assim é que, em seus Estatutos (reformados) e Regimento Interno (proposto) aprovados nas sessões de 28 de dezembro de 1964 e 18 de fevereiro de 1965, respectivamente, o IHGP foi definido como "uma associação cultural que, (...), tem por objetivo":

> "(...) promover o estudo, estimular o desenvolvimento e fazer a difusão do conhecimento da Geografia e da História, em todos os seus ramos, em todas as suas aplicações à vida social, política e econômica, em especial no que se refere ao Brasil, e, particularmente, à Amazônia". [5]

Portanto, o IHGP possuía como sua responsabilidade, segundo os mesmos Estatutos e Regimento Interno, buscar:

> "(...) reunir, concatenar, publicar, ou arquivar documentos e trabalhos sobre Geografia, História, Etnografia e Arqueologia do Brasil e especialmente do Pará". [6]

Para tanto, visando desenvolver suas atividades fins, o IHGP devia, entre outras medidas, preocupar-se em:

> "(...) coligir, conservar e classificar documentos, livros, estudos, estampas, plantas, cartas, mapas, inéditos ou publi-cados que lhe forneçam elementos de informação, relativa aos referidos ramos científicos e que venham constituir a sua biblioteca, arquivo e museu". [7]

---

[4] Sobre a reinstalação do IHGP, no contexto da efeméride do tricentenário da fundação de Belém, ver FIGUEIREDO (2005).

[5] Conf. Estatutos reformados e Regimento Interno do Instituto Histórico e Geográfico do Pará - IHGP, aprovados, respectivamente, em sessões de 28 de dezembro de 1964 e 18 de fevereiro de 1965.

[6] *Ibid.*, *op. cit.*

[7] *Ibid.*, *op. cit.*

Destra forma, como já indicado, o IHGP visava acumular obras bibliográficas, acervo iconográfico e diversa documentação, basicamente manuscrita, formando as bases de constituição de sua *biblioteca*, *museu*, e *arquivo*, conforme estipulava os artigos 45º, 46º, 47º, e 48º, do Capítulo VIII dos Estatutos da instituição.

Acontece que, a proposta de organização da *biblioteca*, *museu*, e *arquivo,* concomitantemente à aprovação de suas regras de funcionamento e objetivos, constantes do Capítulo VIII dos Estatutos do IHGP, não conseguiu sair do papel, permanecendo seu vasto e variado acervo em completa desorganização, particularmente as fontes documentais, datadas desde o início do século XVIII, que até pouco tempo vinham sofrendo impiedosamente a ação do tempo, da umidade e das traças, haja vista a situação em que se encontravam, ou seja, acondicionadas em uma pequena sala sem iluminação, ventilação, ou outro qualquer ambiente favorável à sua conservação, sem sequer um arrolamento destas, mesmo que precário, enfim, condenadas à destruição corrosiva da falta de cuidados recomendados pela prática arquivística.

De um modo geral, desde a década de 1970, acentuando-se esse quadro ao longo dos anos 80 e 90 do século XX, o IHGP parecia perder sua força como instituição de pesquisa, tornando-se uma instituição cada vez mais fechada, ao mesmo tempo em que sobreviveria vegetativamente, só revertida nos anos finais da década de 1990 e início do século XXI. Neste espaço de tempo, a sua revista deixou mais uma vez de circular por quase 45 anos; sua sede encontrava-se deteriorada; e seu acervo à mercê da deterioração implacável do tempo.

Dentro deste quadro de cores tão tristes, houve o projeto de organização do Arquivo do IHGP e inventariamento das suas fontes documentais, preservando parte de nossa memória, bem como possibilitando a sua consulta e manuseio, por parte do público, quer especializado, quer leigo.

Nasce um arquivo.

Na antiga Rua Tomázia Perdigão nº. 62, atual D'Aveiro Cidade-Irmã, no bairro da Cidade Velha, situado à Pça. Dom Pedro II, outrora Largo do Palácio; Largo da Constituição; e, Largo da Independência; existe o imponente Solar do Visconde de Arary e Barão de Guajará, sede-própria do IHGP.

Construção arquitetônica da primeira metade do século XIX, caracterizada pelo estilo neoclássico luso-português, serviu como residência da família de Antônio de Lacerda Chermont (Visconde de Arary), e, posteriormente, da família de Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará). Morto o último, em 1912, o prédio continuou como patrimônio familiar até

que, em 1942, através de Pedro Raiol, filho do Barão, foi vendido à Prefeitura Municipal de Belém, na gestão do Profº Abelardo Leão Condurú. [8]

Imagem 3: Foto da fachada do antigo Solar do Visconde de arary e Barão de Guajará, sede própria do IHGP, sendo a frontaria do prédio totalmente revestida de azulejaria portuguesa.
Fonte: Acervo do IHGP. Revista do IHGP.

Em 1943, sendo Joaquim Cardoso de Magalhães Barata interventor federal no Pará,

> "em face da resolução nº. 2.244 de seis de novembro de 1943, do Conselho Administrativo do Estado, foi baixado o decreto municipal nº. 168, de 10 de novembro de 1944, em que o prefeito Alberto Engelhard efetuou a doação de móveis, biblioteca e prédio do Solar do Barão de Guajará ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, nessa época sob a presidência do Desembargador Henri-que Jorge Hurley". [9]

Situada na Cidade Velha, a parte mais antiga de Belém, a sede do IHGP encontra-se inserida em área

> "considerada como o miolo do Centro Histórico de Belém, tombado pela Lei Orgânica de 30 de março de 1990, que em conjunto com o seu entorno é protegido pela lei nº. 7.709 de 18 de maio de 1994, que define categorias de preservação, normas e colocação de letreiros". [10]

Neste sentido, o antigo Solar do Visconde de Arary e Barão de Guajará, constitui-se parte integrante do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade de Belém, sendo, inclusive, seu tombamento determinado desde 1943, entretanto, efetivado em 23 de maio de 1950, através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).[11]

Desde então, a sede do IHGP sofreu diversos reparos e obras de conservação e manutenção, destacando-se a restauração empreendida pela Secretaria de Viação e Obras Públicas do Governo do Estado, em maio de 1969, que durou cerca de um ano, acontecendo a reinauguração do prédio em 10 de

[8] Sobre as origens e estilo arquitetônico do prédio-sede do IHGP, ver TRINDADE (1995) e Monteiro (1995).
[9] TRINDADE (1995: 12).
[10] TRINDADE (1995: 03).
[11] Acerca do processo de tombamento, ver TRINDADE (1995) e MONTEIRO (1995).

abril de 1970, durante a presidência do historiador Ernesto Horácio Cruz, no IHGP. A partir daí, somente em 1984, ocorreu novo empreendimento de restauro, executado e financiado pelo SPHAN/Pró-Memória, concluído em fins de 1985. Por outro lado, é verdade, que em 1986 ainda se tentou ampliar e complementar as obras executadas anteriormente, através da Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, do Governo do Estado do Pará, em conjunto com a Direção Regional do SPHAN/Pró-Memória, que acabaram inconclusas.

Até o fim do século XX, muito pouco se fez ou foi possível fazer no que tange a conservação ou restauração do prédio do IHGP, salvo pequenas intervenções, como, por exemplo, a reforma de seus telhados em fins da década de 1990, quando presidia o Instituto o Professor Geraldo Coelho. Obra realizada com recursos advindos da Fundação Cultural do Município de Belém-Fumbel, na época presidida pela Professora Edilza Fontes, atualmente sócia efetiva do IHGP.

Somente vinte anos depois, em 2005, dentro do programa de restauração do patrimônio histórico, arquitetônico e artístico de Belém levado a cabo pelo IPHAN, a direção do IHGP, sob a presidência do Dr. Guaraciaba Gama, logrou que a sede do Instituto viesse a passar por uma reforma mais ampla, sendo a mesma dada por concluída algum tempo depois.

Neste prédio, em seu primeiro pavimento, na lateral esquerda, em uma pequena sala, outrora utilizada como quarto de escravos,[12] se encontrava empilhada sobre uma mesa grande da antiga loteria estadual e em outra menor e improvisada, em estado precário, grande parte da documentação sob a guarda do IHGP.

Em outro recinto, reservado ao armazenamento de livros, na parte dianteira do Solar, também existia documentação posta em caixas, referentes ao Cemitério da Soledade. Como já afirmamos anteriormente, as fontes documentais, basicamente manuscritas, encontravam-se sem nenhum tratamento e acondicionamento adequado à sua conservação, fazendo com que elas necessitassem urgentemente, sob o risco de sua perda irreparável, sofrer um processo de higienização, organização e inventário, ainda sendo necessário um trabalho mais cuidadoso de restauração de determinadas peças bastante danificadas pelos inimigos tradicionais dos papéis envelhecidos e sem nenhum cuidado: o tempo; a umidade; as traças e os fungos.

[12] Sobre a "análise do uso e conservação atual do prédio", bem como a referência ao quarto de escravos no primeiro pavimento, consultar TRINDADE (1995). Também, segundo MONTEIRO (1995), o Barão de Guajará, Domingos Antônio Raiol, realizou diversas transformações no Solar, fazendo por desaparecer "as cavalariças, a prisão dos escravos, a capela da família e parte do terreno dos fundos que é vendida".

Imagem 4: Lateral do IHGP, à direita de quem entra no prédio, fotografada a partir dos fundos do edifício, na qual em uma das salas estava "guardada" a documentação.
Fonte: Acervo do Projeto. Fotografia de Roberto Cavalleiro de Macedo.

Imagem 5.

Imagem 6.

Imagem 7.

Imagem 8.

Imagens 5, 6, 7 e 8: Fotos da documentação "guardada" em uma das salas laterais do térreo do prédio do IHGP, quando da realização do projeto. Uma parte considerável da documentação já havia sido retirada de cima da mesa de madeira e higienizada pela equipe do projeto, quando da realização do registro fotográfico.
Fonte: Acervo do Projeto. Fotografia de Roberto Cavalleiro de Macedo.

Imagem 9: Mesa do tamanho de uma cama de casal em madeira de lei, pesadíssima, da antiga Loteria do Estado do Pará, sobre a qual havia sido depositada grande parte da documentação, "limpa" quando da realização do projeto.
Fonte: Acervo do Projeto. Fotografia de Roberto Cavalleiro de Macedo.

Imagem 10: O contraste: documentação já higienizada, empacotada, em fase de identificação e a documentação aguardando tratamento pela equipe do projeto. Posteriormente, o acervo foi para outra sala do IHGP em estantes de ferro.
Fonte: Acervo do Projeto. Fotografia de Roberto Cavalleiro de Macedo.

Imagem 11: Documentação já higienizada, empacotada e identificada, acondicionada inicialmente em antiga estante de madeira do IHGP, em sala dianteira do prédio do IHGP. Posteriormente acondicionada em estantes de ferro adquiridas pelo projeto, ainda atualmente em uso.
Fonte: Acervo do Projeto. Fotografia de Roberto Cavalleiro de Macedo.

Imagem 12.

Imagem 13.

Imagens: Retratos de documentação destruída pela umidade e traças, sendo, no entanto, um volume pequeno do acervo que fora perdido.
Fonte: Acervo do Projeto. Fotografia de Roberto Cavalleiro de Macedo.

Neste sentido, o "Projeto de Organização do Acervo Documental do IHGP", patrocinado pela Fundação Cultural do Município de Belém/FUMBEL, apoiado pela Universidade Federal do Pará-UFPA, surgiu da necessidade de mudança deste quadro contraproducente ao trabalho do historiador e aos demais pesquisadores envolvidos, por um motivo ou outro, com o trato da nossa memória através do estudo de determinadas fontes documentais, como, por exemplo, os manuscritos da Câmara Municipal de Belém e de outras vilas do Pará, desde a primeira década do século XVIII; a documentação encardenada do Corpo de Bombeiros; ou, da Assembléia Legislativa Provincial; enfim, os próprios documentos relativos ao IHGP, que se encontram no acervo desta instituição.

Imagem 14.

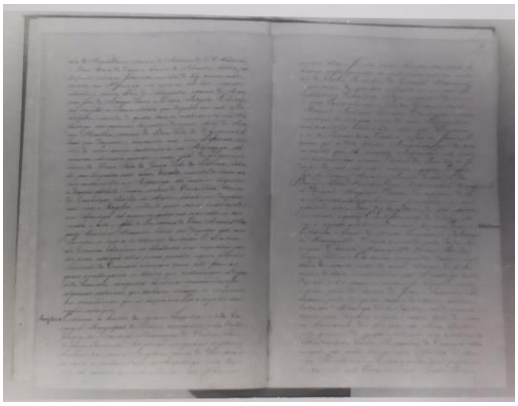


Imagem 15.

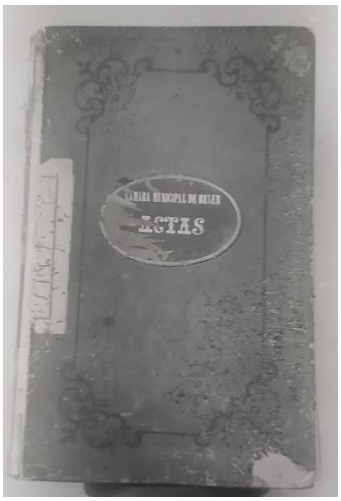


Imagem 16.

Imagens 14, 15 e 16: Documentação da Câmara Municipal de Belém do Pará, Século XIX.
Fonte: Acervo do Projeto. Fotografia de Roberto Cavalleiro de Macedo.

O referido projeto atuando numa perspectiva interdisciplinar, combinando história e arquivologia, permitiu o treinamento de discentes dos cursos de graduação de história como estagiários, com a perspectiva de formação de novos pesquisadores treinados na pesquisa empírica e conhecimento da prática arquivística.

Neste rumo, os primeiros passos do projeto, desde seu início em janeiro de 1996, foram o processo de higienização dos documentos, consumindo seis meses de trabalho diário em condições muitas vezes nada favoráveis, em termos de conforto da equipe. Até fins de dezembro, outra tarefa foi o mapeamento e inventariamento das fontes. Ou seja, as ações desenvolvidas dentro do projeto, como um todo, permitiram o mapeamento e o levantamento das fontes constantes do acervo documental do IHGP, verificando-se que a quantidade de documentos históricos que precisavam ser levantados e preservados era realmente significativa, principalmente em termos qualitativos, haja vista sua fundamental importância para subsidiar futuros trabalhos no campo da história, em suas diversas matizes (econômica; social; política e cultural); das ciências sociais; da antropologia social; da arquivologia; entre outras.

Observe-se, também, que a expressiva quantidade de documentos encontrada no acervo do IHGP, no período entre as primeiras décadas do século XVIII até os anos setenta da atualidade, relativos a diversos fundos, como a Câmara Municipal de Belém, outrora Senado da Câmara, permitem estudos acerca da história da mesma ou de outros aspectos políticos, sociais e culturais da cidade de Belém. Da mesma forma, a consulta dos Livros de Sepultamento do Cemitério de N. S. da Soledade possibilita pesquisas sob o ponto de vista da história demográfica, a partir das séries de enterros realizados neste campo santo.

Imagem 17: Trabalho de hiegienização da documentação, quando da execução do projeto de criação do Arquivo "Palma Muniz" do IHGP.
Fonte: Acervo do Projeto. Fotografia de Roberto Cavalleiro de Macedo.

Imagem 18: Parte da equipe do projeto realizando o trabalho de identificação e catalogação da documentação já higienizada e empacotada do Arquivo "Palma Muniz" do IHGP.
Fonte: Acervo do Projeto. Fotografia de Roberto Cavalleiro de Macedo.

Imagem 19.

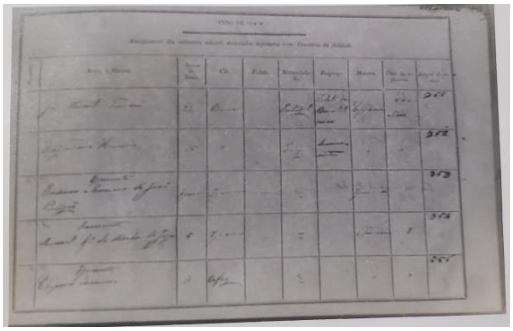


Imagem 20.

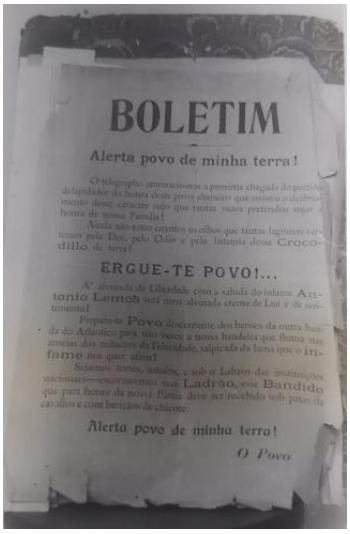
Imagens 19 e 20: Livro de Registros de Sepultamento do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade (Belém-Pará) do acervo do Arquivo "Palma Muniz".
Fonte: Acervo do Projeto. Fotografia de Roberto Cavalleiro de Macedo.

Na verdade, estes fundos e séries documentais constituem-se exemplos de temas, abordagens e questões que podem ou foram eventualmente investigadas em projetos posteriores dos integrantes da equipe, bem como por parte de outros pesquisadores que também se beneficiaram, ou virão a sê-lo, não só do trabalho de organização do Arquivo "Palma Muniz" do IHGP, mas,

também, através da consulta dos instrumentos de pesquisa elaborados e divulgados pelo projeto, tal como este Guia do Arquivo "Palma Muniz" do IHGP.

Posteriormente, na segunda década do século XXI, após o prédio do IHGP ter passado por obra de reforma e restauração dentro do Programa Monumenta do Governo Federal em parceira com a Prefeitura Municipal de Belém, sendo reaberto o prédio do IHGP, houve a necessidade de reorganização de seu acervo documental pertencente ao Arquivo "Palma Muniz". Então, com patrocínio de recursos da Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil, fora o acervo documental deste Arquivo novamente higienizado e mais uma vez inventariado, voltando o Arquivo "Palma Muniz" a atender ao seu fim: a pesquisa. Da mesma forma, o Guia, ainda não publicado, foi revisto e reescrito.

Aliás, o Guia do Arquivo "Palma Muniz" do IHGP é o primeiro instrumento de pesquisa publicado a partir do trabalho à frente do acervo documental do IHGP, que sendo colocado à disposição do público interessado, possui duas preocupações centrais: histórica e arquivística, haja vista que a proposta de inventariamento de arquivos da forma mais ampla possível relaciona-se à necessidade urgente de localizar, organizar e preservar os acervos documentais existentes permitindo novos estudos lastreados em novas fontes.



BOLETIM

Alerta povo de minha terra!

ERGUE-TE POVO!...

Alerta povo de minha terra!

O Povo

Imagem 21.

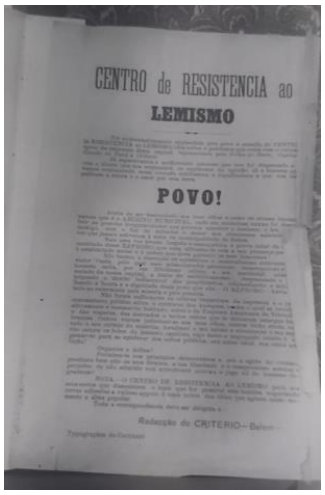


Imagem 22.

Imagens 21 e 22: Panfletos políticos contrários ao Intendente Antônio Lemos, do início do século XX, colecionados por João de Palma Muniz, doados ao IHGP, documentação rara parte do Fundo: Coleção "Palma Muniz" do Arquivo homônimo do IHGP.
Fonte: Acervo do Projeto. Fotografia de Roberto Cavalleiro de Macedo.

Referências bibliográficas.

AZEVEDO, José Eustáchio de. *Literatura Paraense*. Belém: Fundação Cultural do Estado do Pará Tancredo Neves; Sec. de Estado de Cultura do Pará, 1990.

BELLOTTO, Heloisa. Arquivos permanentes: tratamento Documental. 4ª.ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2014.

COELHO. Geraldo M. *História e Ideologia: O IHGB e a República (1889-1891)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1981.

FIGUEIREDO, Aldrin de Moura. Panteão da História, Oratório da Nação: o simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios da Amazônia. *In*: NEVES, Fernando Arthur de Freitas & LIMA, Maria Roseane Pinto (orgs.). *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2005, 539-560.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

MONTEIRO, Shirley do Socorro Magalhães. *Solar do Barão de Guajará*. Belém: trabalho manuscrito, 1995.

SCHELLENBERG, T.R. Arquivos odernos. 6ª ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TRINDADE, Elna Maria Andersen. *Solar Barão do Guajará*. Belém: trabalho digitado, 1995.

LISTA DE ABREVIATURAS

FUNDO: SENADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM	**SCMB**
FUNDO: SENADO DA CÂMARA DA VILA DE NAZARETH DA VIGIA	**SCVNV**
FUNDO: SENADO DA CÂMARA DA VILA DE OURÉM	**SCVO**
FUNDO: SENADO DA CÂMARA DA VILA DE BEJA	**SCVB**
FUNDO: CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM	**CMB**
FUNDO: CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER	**CMA**
FUNDO: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMETÁ	**CMC**
FUNDO: CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DE FARO	**CMCF**
FUNDO: CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ	**CMVSM**
FUNDO: CÂMARAMUNICIPAL DE OURÉM	**CMO**
FUNDO: CÂMARA MUNICIPAL DE TAPAJÓS	**CMT**
FUNDO: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS	**CMCa**
FUNDO: JUNTA APURADORA DAS ELEIÇÕES ESTADUAIS	**JAEE**
FUNDO: CONGRESSO LEGISLATIVO DO PARÁ	**CLP**
FUNDO: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO AMAZONAS	**ALEPA**
FUNDO: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL	**ALP**
FUNDO: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO	**ALE**
FUNDO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM	**PMB**
FUNDO: INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE BELÉM	**IMB**
FUNDO: INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO AMAPÁ	**IMA**
FUNDO: SECRETARIA DA CAPITANIA DO GOVERNO	**SCG**
FUNDO: SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA	**SPP**
FUNDO: SECRETARIA DO GOVERNO	**SG**
FUNDO: CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DO GUAMÁ	**CMG**
FUNDO: CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE BELÉM	**CMBE**
FUNDO: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	**SCM**
COLEÇÃO IHGP	**CIHGP**
FUNDO: CORPO MUNICIPAL DE BOMBEIROS	**CMUB**
COLEÇÃO PALMA MUNIZ	**CPM**
FUNDO: ARCEBISPADO DE BELÉM	**ACBE**

FUNDO: ARCEBISBADO DO CEARÁ	**ACCE**
FUNDO: ARCEBISPADO DO RIO DE JANEIRO	**ACRJ**
FUNDO: ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS PARAENSES	**AAPA**
FUNDO: BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO	**BAPU**
FUNDO: DIRETORIA DA FESTA DE NAZARETH	**DFN**
FUNDO: COMISSÃO DE DEFESA ECONÔMICA DA AMAZÔNIA	**CDEA**
FUNDO: COMITÊ PATRIÓTICO	**CP**
FUNDO: RECEBEDORIA DE RENDAS DO ESTADO DO PARÁ	**RREPA**
FUNDO: TRIBUNAL ELEITORAL REGIONAL DO PARÁ	**TRE**
FUNDO: MAÇONARIA PARAENSE	**MP**
FUNDO: CLUB MILITAR	**CM**
FUNDO: CLUB "PAES DE CARVALHO"	**CPC**
FUNDO: SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS	**SEOPTV**

TERRAS E VIAÇÃO	
FUNDO: DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS	**DOP**
FUNDO: COMISSÃO COORDENADORA DE BELÉM	**CCB**
FUNDO: ALFÂNDEGA DE BELÉM	**AB**
FUNDO: GUAJARÁ FOOT-BALL CLUB	**GFBC**
FUNDO: SOCIEDADE QUINZE DE AGOSTO	**SQA**
FUNDO: A. S. MIRANDA	**AS**
FUNDO: COMISSÃO DE ALISTAMENTO ELEITORAL	**CAE**

DA CAPITAL	
FUNDO: ASSOCIAÇÃO DA IMPRENSA DO PARÁ	**AIP**
FUNDO: JUIZO DE PAZ DA VILA DE OURÉM	**JPVO**
FUNDO: CONSULADO GERAL DO BRASIL (LORETO – PERU)	**CGB**
FUNDO: CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DO PARÁ	**CEC**
FUNDO: JUIZ ORDINÁRIO DOS ÓRFÃOS DE GURUPÁ	**JOCG**
FUNDO: JUIZ ORDINÁRIO DO CRIME DA VILA DE SOURE	**JOCVS**
FUNDO: JUIZ ORDINÁRIO DA VILA DE SALVATERRA	**JOVS**
FUNDO: CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	**CNSR**

DOS PRETOS DA VILA DE MAZAGÃO	
FUNDO: CONFRARIA DOS ESCRAVOS DE MARIA SANTÍSSIMA	**CEMS**

DO ROSÁRIO (FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ)	
FUNDO: CLUBE DE ENGENHARIA DO PARÁ	**CEP**
FUNDO: SEÇÃO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES	**SEI**
FUNDO: COLEÇÃO LAURO SODRÉ	**CLS**
FUNDO: LIGA DA DEFESA NACIONAL	**LFN**
FUNDO: MINISTÉRIO DE GUERRA	**MG**
FUNDO: HILÁRIO MAXIMIANO ANTUNES GURJÃO	**HMAG**
FUNDO: 22º BATALHÃO DE CAÇADORES	**BC**
FUNDO: PARTIDO REPUBLICANO (SEÇÃO PARÁ)	**PRPA**
FUNDO: PARTIDO REPUBLICANO (MUNICÍPIO DE BRAGANÇA)	**PRBG**
FUNDO: PARTIDO REPUBLICANO (MUNICÍPIO DE VIGIA)	**PRVI**
FUNDO: CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DO EXÉRCITO	**CPJE**

(1º CIRCUNSCRIÇÃO DE JUSTIÇA MILITAR – BELÉM)	
FUNDO: PRATICAGEM DA BARRA DO PARÁ	**PRP**
FUNDO: JOSÉ ALBINO RIBEIRO CORDEIRO	**JARC**
FUNDO: EURICO SERZEDELO MACHADO	**EZM**
FUNDO: EUCYDES PINTO MARTINS	**EPM**
FUNDO: MIGUEL RIBEIRO LISBOA (BARÃO DE JAPURÁ)	**MRL**
FUNDO: MIGUEL MARQUES LISBOA	**MML**
FUNDO: JOSÉ AUGUSTO CORRÊA	**JAC**
FUNDO: MANOEL FERREIRA COELHO	**MFC**
FUNDO: JOSÉ MANOEL FERREIRA COELHO	**JFC**
FUNDO: MAXIMINO CORRÊA	**MC**
FUNDO: INOCÊNCIO SERZEDELO CORRÊA	**IZC**
FUNDO: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ	**IHGP**

Guia do Arquivo Palma Muniz

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência	BR IHGP SCMB
1.2 Título	Senado da Câmara Municipal de Belém
1.3 Data(s)	1712-1842 (produção)
1.4 Nível de descrição	(1) Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textuais: 0,70 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Senado da Câmara Municipal de Belém

2.2 História administrativa/Biografia: O surgimento do Senado da Câmara Municipal de Belém ainda se põe de forma imprecisa. Os registros de informações mostram que a sua criação marca o início das atividades legislativas do atual município de Belém, após a sua fundação em 1616. O funcionamento daquele órgão acontecia sob a direção de um Presidente ou Juiz Ordinário e seus respectivos oficiais, com ativa atuação nos acontecimentos político-administrativos da Capitanias seu membrado era formado por pessoas da nobreza, chamados de sangue puro, como eram conhecidos os cidadãos durante o regime monarca.
Em 1828, o Senado da Câmara Municipal de Belém sofreu modificações, frutos da lei de 1º de outubro daquele mesmo ano, que dava novas formas ás câmaras municipais no Brasil. O Senado passou a ser denominado Câmara Municipal de Belém, como ficou até 15 de novembro de 1889.
A partir do decreto n° 3 de 5 de dezembro de 1889, promulgado pelo Governador Justo Chermont, a Câmara Municipal de Belém passou a denominar-se Conselho de Intendência Municipal de Belém. Tendo como seu primeiro presidente Manuel de Melo Cardoso Barata (Senador Manoel Barata).
No ano de 1930, em 31 de outubro, por força de atos do Governo do Pará, as atividades legislativas do município de Belém foram dissolvidas, passando a receber a denominação de prefeitura.
O retorno das atividades legislativas no município de Belém aconteceu em 1936, com a recriação da Câmara Municipal de Belém. No entanto, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1937, mais uma vez as Câmaras Municipais foram fechadas .A última sessão da Câmara Municipal de Belém, antes de seu fechamento, ocorreu em 10 de novembro de 1937, presidida pelo vereador Lameira Bittencourt.
A Câmara Municipal de Belém voltou a funcionar somente em 31 de dezembro de 1947, através da lei n° 62, assinada pelo governador Moura de Carvalho, e continua a realizar as suas atividades desde então.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Senado da Câmara de Belém

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: os documentos são referentes ás atividades legislativas desenvolvidas no município de Belém desde o período colonial, constituídos de correspondências que emanam de autoridades, geralmente, para designar provimentos conferir benefícios ou estabelecer ordens.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido à inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações O fundo Senado da Câmara Municipal de Belém, atualmente Câmara Municipal de Belém, embora tenha sofrido mudanças estruturais durante sua atuação no cenário legislativo do município de Belém, ainda constitui-se como fundo aberto. Entretanto, as configurações administrativas atuais, a partir dos parâmetros arquivísticos, não permitem novas incorporações ao conjunto de documentos já custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 02 caixas e 11 encadernados, possuindo as séries: Correspondências expedidas e recebidas (digitalizado);ofícios expedidos e recebidos; termos; registros de provisões e cartas de exames.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Possui algumas restrições de uso devido ao mal estado de conservação de alguns documentos.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia do "Arquivo Palma Muniz".

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Insttituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP

Localização: Belém – Pará – Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios de cópias de documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas: Câmara Municipal de Belém; Prefeitura Municipal de Belém; Intendência Municipal de Belém; Conselho

Municipal de Belém: Governo do Estado do Pará; Casa Civil.

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação — A maioria dos documentos está necessitando de restauração.

6.2 Notas gerais:

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASSILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Senado da Câmara Municipal de Belém; Senado da Câmara de Belém: Câmara de Belém: Conselho Municipal de Belém; Intendência Municipal de Belém: Legislativo Municipal de Belém: Ordens do Município de Belém

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP SCVNV

1.2 Título Senado da Câmara da Vila de Nazareth da Vigia

1.3 Data(s) 1823 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,135 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es) Senado da Câmara da Vila de Nazareth da Vigia

2.2 História administrativa/Biografia: A origem do Senado da Câmara da Vila de Nazareth da Vigia ainda é incerta. No entanto, alguns indícios nos mostram que desde o século XVIII já existiam configurações se atividades legislativas sendo realizadas naquele lugar. Mas, ainda é necessário que se realizem pesquisas, para resgatar as informações sobre formação histórico-política da Vila de Nazareth da Vigia, e traçar o o histórico de atuação do Senado da Câmara naquela localidade.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Senado da Câmara da Vila de Nazareth da Vigia

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: Os documentos são referentes ao resumo dos fatos, ocorridos no cotidiano da Vila de Nazareth da Vigia, por aclamação do senhor Dom Pedro de Alcântara, I Imperador do Brasil.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos ao passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 encadernado, possuindo a seguinte série: resumos.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Sem restrições de uso

4.2 Condições de reprodução Serão permitidas a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos:

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do Arquivo" Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Localização: Belém- Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação

6.2 Notas gerais

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Senado da Câmara da Vila de Nazareth da Vigia; História Política; Legislativo da Vila de Vigia.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP SCVO

1.2 Título Senado da Câmara da Vila de Ourém

1.3 Data(s) 1764-1825 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,06 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Senado da Câmara da Vila de Ourém

2.2 História administrativa/Biografia: O Senado da Câmara da Vila de Ourém surgiu em 1762, constituído por João da Cunha Corrêa, Belchior Henrique, Francisco de Mello Coelho, Manoel Furtado e Antônio Silva, nomeados pelo ouvidor Nobre Mourão, que entraram para a história com a honra de iniciar efetivamente a existência do grande Município do Rio Guamá, sendo vultos de sua primitiva organização, merecendo o culto da história. Os membros do Senado eram formados por pessoas cujos direitos eram reconhecidos, sempre pertencentes à nobreza.

2.3 História arquivística:

2.4 Procedência: Senado da Câmara da Vila de Ourém

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: Os documentos são referentes às atividades legislativas desenvolvidas na Vila de Ourém, durante o Estado do Grão- Pará, até meados da sua adesão ao Império Brasileiro, constituídos de correspondências que emanam de autoridades, geralmente para designar vereações e incorporações do Senado daquela vila.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo: O fundo encontra-se organizado em 02 encadernados, possuindo a seguinte série: Livro de Termos.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Serão permitidas a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do "Arquivo Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP

Localização: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias dos documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação

6.2 Notas gerais

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Senado da Câmara da Vila de Ourém; Senado da Câmara de Ourém: História de Ourém; Legislativo da Vila de Ourém; Vereadores da Vila de Ourém em Ourém.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP SCVB

1.2 Título Senado da Câmara da Vila de Beja

1.3 Data(s) 1823-1829 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais:0,15 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Senado da Câmara da Vila de Beja; outras formas: Corpo de oficiais do Senado

2.2 História administrativa/ Biografia: O Senado da Câmara da Vila de Beja surgiu em 1804, na ainda Freguesia de São Miguel de Beja, tendo sido formado pelo Juiz ordinário Manoel Jorge Soares, e mais cinco oficiais.

No ano de 1805 o juiz ordinário passou a ser o senhor João Pereira Lacerda, que permaneceu no cargo até 1822, quando o Senado passou a denominar-se Corpo de Oficiais do Senado.

Em 1824 a presidência do Corpo de Oficiais do Senado era feita por Hermenegildo Francisco Melo.

No ano de 1828 o Corpo de Oficiais do Senado foi extinto.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Senado da Câmara da Vila de Beja

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: Os documentos são referentes ás atividades legislativas desenvolvidas na vila de Beja, durante o Estado do Grão-Pará, até meados de sua adesão ao Império Brasileiro, constituídos de correspondências que emanam de autoridades, geralmente para designar vereações e incorporações do Senado daquela vila.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido á inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 encadernado, possuindo as seguintes séries: Livro de Termos.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	Com restrições aos documentos deteriorados
4.2 Condições de reprodução	Serão permitidas a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa	Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP

Localização: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópia de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação	Bom estado de conservação

6.2 Notas gerais

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso se indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Senado da Câmara da Vila de Beja: Senado da Câmara de Beja; História Política de Abaetetuba Conselho de oficiais de Beja; Legislativo da Vila de Beja; Correspondências oficiais da Vila de Beja.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CMB

1.2 Título Câmara Municipal de Belém

1.3 Data(s) 1814-1981 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 4,04 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Câmara Municipal de Belém; outras formas: Senado da Câmara de Belém; Senado da Câmara; Câmara Municipal de Belém; Conselho Municipal; Intendência Municipal;

2.2 História administrativa/ Biografia: não há data precisa do inicío do funcionamento do legislativo Municipal em Belém, mas existem registros históricos sobre o ato em que a Câmara de Vereadores tomou posse da primeira légua patrimonial da cidade, na área onde hoje é o bairro do Marco: 1628, época do Brasil Colônia, quando o Legislativo denomina-se Senado da Câmara. A denominação Câmara Municipal viria em 1° de outubro de 1628, já na fase do Brasil Império.

Até a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a Câmara Municipal funcionou ininterruptamente. Era no legislativo Municipal que aconteciam os atos e solenidades mais importantes da cidade. Foi perante a Câmara, por exemplo, que a 1ª Junta Provisória do Governo Republicano tomou posse, em 18 de novembro de 1889, em sessão presidida por Antônio Lemos, um dos mais expressivos da administração de Belém até nossos dias.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Doação de documentos pertencentes ao Arquivo Municipal de Belém, por ordem do Prefeito Municipal de Belém ao Sr. Ernesto Cruz.

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: Os documentos são referentes ao desenvolvimento das atividades legislativas, no município de Belém, a partir do período Imperial. Existem informações sobre comercialização e libertação de escravos na cidade, normalizações, listas de cidadãos julgados, correspondências oficiais e constituição política do município de Belém.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido à inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação..

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 04 caixas, e 73 livros, possuindo as seguintes séries: Livro de Registros Geral; Livro de Termos; Livro de Resoluções; Auto de Juramento; Auto de Inauguração; Projeto de Lei;

Ofícios Recebidos; Diversos; Livro de Registros de Carta de Liberdade; Livro de Atas; Livro de Ouro.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	Com restrições aos documentos deteriorados
4.2 Condições de reprodução	Serão permitidas a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP

Localização: Belém- Pará – Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação	Alguns documentos necessitando de restauração e outros em bom estado.

6.2 Notas gerais

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Christian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Câmara Municipal de Belém, Senado da Câmara de Belém; Senado da Câmara; Câmara Municipal de Belém; Conselho Municipal; Intendência Municipal; Legislativo de Belém.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CMA

1.2 Título Câmara Municipal de Alenquer

1.3 Data(s) 1855-1884 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,17m metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Câmara Municipal de Alenquer

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Câmara Municipal de Alenquer

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: Os documentos são referentes ao desenvolvimento das atividades legislativas no município de Alenquer

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação documental sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 11 encadernados, possuindo a série: Atos de Assentamento(Livros de Atas).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Entre os 11 livros encadernados, 4 estão com restrições de uso (documentos deteriorados), e o Livro de Atas de 1861-1864, encontra-se deteriorado e incompleto a partir da página 107. Os demais documentos, totalizando 7 livros encontram-se disponíveis para o manuseio.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do "Arquivo Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais;

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP

Localização: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios de existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Notas sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação Alguns documentos necessitando de restauração e outros em bom estado.

6.2 Notas gerais

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Responsável pela descrição: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE ARQUIVÍSTICA: NORMA GERAL NACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA, ADOTADA PELO Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Câmara Municipal de Alenquer

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CMC

1.2 Título Câmara Municipal de Cametá

1.3 Data(s) 1824-1941 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,135 metros lineares.

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Câmara Municipal de Cametá

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Câmara Municipal de Cametá

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: Os documentos são referentes aos registros das correspondências recebidas pela Câmara Municipal de Cametá

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido à inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações; Não existem registros de que tenham sido feitas incorporações ao conjunto de documentos da Câmara Municipal da Vila de Cametá. Considera-se um fundo aberto. Entretanto, as configurações administrativas atuais, a partir dos parâmetros arquivísticos, não permitem novas incorporações ao conjunto de documentos já custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 caixa, possuindo as seguintes séries: Ofícios Recebidos.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Documento disponível.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do "Arquivo Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP

Localização: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: não há indícios da existência de cópias dos documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: Bom estado de conservação

6.2 Notas gerais

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Câmara Municipal da Vila de Cametá

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CMVF

1.2 Título Câmara Municipal da Vila de Faro

1.3 Data(s) 1834-1852 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Câmara Municipal da Vila de Faro

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Câmara Municipal da Vila de Faro

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido á inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em ordem cronológica, abrangendo a seguinte série: Atos de Correspondência.(Correspondência expedida)

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Documento Disponível

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do" Arquivo Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição e relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: Bom estado de conservação

6.2 Notas gerais

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO arquivística: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil,2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Câmara Municipal de Faro

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CMVSJM

1.2 Título Câmara Municipal da Vila de São José de Macapá

1.3 Data(s) 1833-1876 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0, 06 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Câmara Municipal da Vila de São José de Macapá

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Câmara Municipal da Vila de São José de Macapá

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: Os documentos são referentes aos registros dos ocorridos durante as sessões, da Câmara Municipal da Vila de São José de Macapá, e as suas correspondências enviadas..

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 03 encadernados, possuindo as seguintes: Atos de Correspondências(Ofícios Expedidos) e Atos de Assentamento(Livro de Atas).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Entre os 03 livros encadernados, 2 estão com restrições de uso (documentos deteriorados). Os demais documentos encontram-se disponíveis para o manuseio.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do "Arquivo Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP

Localização: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Câmara Municipal da Vila de São José de Macapá; Legislativo da Vila de São José de Macapá.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CMO

1.2 Título Câmara Municipal de Ourém

1.3 Data(s) 1826-1839 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,2m metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Câmara Municipal de Ourém

2.2 História administrativa/Biografia: A origem histórica do Município de Ourém, localizado na zona fisiográfica Guajarina, data de 1727, quando Luiz de Moura chegou à localidade onde se encontra a Sede Municipal, e edificou uma casa-forte a fim de criar uma posição oficial e estabelecer-se no Rio Guamá. O povoado se desenvolveu ao redor dessa residência e, em 1753, adquiriu categorias de Freguesia do Divino Espírito Santo e de Vila denominada Ourém. Na ocasião era formada de 150 índios, tomados a contrabandistas, e famílias procedentes dos Açores, para colonizar o Estado do Pará.

Com a instalação do município, 1762, Ourém entrou para independência. Entretanto, mais tarde, o seu território veio a sofrer inúmeras depredações durante o conflito da Cabanagem. Em virtude de dissensões políticas, em 1887, o município foi extinto. A restauração deu-se dois anos depois.
Levado à categoria de vila com a denominação de Ourém. Em 1753, sede na vila de Ourém. Instalado em 1762. Pela lei provincial nº 14, de 09-09-1838, é criado o distrito de Irituia e anexado ao município de Ourém. Pela lei provincial nº 534, de 12-10-1857, desmembra do município de Ourém o distrito de Irituia. Elevado à categoria de município.

Fonte: Site da Câmara Municipal de Ourém-Pará.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Câmara Municipal de Ourém

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: A série Atos de Assentamento contém livros de termos de vereação da Câmara Municipal da Vila de Ourém.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em ordem cronológica, abrangendo a seguinte série: Livro de Termos.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	Documento disponível.
4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP

Localização: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Câmara Municipal de Ourém

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CMVT

1.2 Título Câmara Municipal da Vila de Tapajós

1.3 Data(s) 1835-1837 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,1m metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Câmara Municipal de Tapajós

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Câmara Municipal da Vila de Tapajós

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: Os documentos são referentes aos registros dos ocorridos durante as sessões da Câmara Municipal da Vila de Tapajós

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 encadernado, possuindo as seguintes séries: Livro de Atas.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Documento disponível.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia "Arquivo Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Localização: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias dos documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas do arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVISTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Câmara Municipal de Tapajós

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência	BR IHGP CMC
1.2 Título	Câmara Municipal de Campinas
1.3 Data(s)	1903 (produção)
1.4 Nível de descrição	(1) Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textuais: 0,02 m metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Câmara Municipal de Campinas

2.2 História administrativa/ Biografia No dia 14 de dezembro de 1797 a então Freguesia das Campinas do Mato Grosso foi oficialmente elevada para "Vila de São Carlos"(apesar do nome oficial, os 2107 habitantes da Vila- dos quais 700 eram escravos já a chamavam e continuaram a chamá-la simplesmente de "Campinas" .No dia seguinte, 15 de dezembro de 1797, foi oficialmente formada a Câmara Municipal, com a eleição dos primeiros vereadores da cidade.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Câmara Municipal de Campinas

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: Os documentos são referentes aos registros de homenagens de pessoas físicas jurídicas, feitas a Carlos Gomes e ao Dr. Lauro Sodré.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido á inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações: Não existem registros de que tenham sido feitas incorporações ao conjunto de documentos da Câmara Municipal de Campinas. Considera-se um fundo aberto. Entretanto, as configurações administrativas atuais, a partir de parâmetro arquivísticos, não permitem novas incorporações ao conjunto de documentos já custodiado pelo Instituto Histórico do Pará.

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 encadernado, possuindo as seguintes séries: Livro de Homenagens.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Documento disponível.

4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia do "Arquivo Palma Muniz", acesso in loco

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora; Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP

Localização: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006

7.3 Data da descrição : 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Câmara Municipal de Campinas

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CLP

1.2 Título Congresso Legislativo do Pará

1.3 Data(s) 1891-1929 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0, 02 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Congresso Legislativo do Pará

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Congresso Legislativo do Pará

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: Os documentos são referentes às tomadas de posse dos Governadores do Estado do Pará

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental , os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações: Não existem registros que tenham sido feitas incorporações ao conjunto de documentos do Congresso Legislativo do Pará. .Considera-se um fundo fechado.

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 encadernado possuindo a seguinte série: Atos de Assentamento(Livro de Termos).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Documento disponível.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: "Guia do Arquivo Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Localização: Belém- Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação Documento necessitando de restauração.

6.2 Notas gerais

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções; NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVISTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Congresso Legislativo do Pará

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP JAEPA

1.2 Título Junta Apuradora das Eleições Estaduais do Pará

1.3 Data(s) 1918-1930 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,04m metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Junta Apuradora das Eleições Estaduais do Pará

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Câmara dos Deputados

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: os documentos são referentes às atas das apurações das eleições estaduais.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido à inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações; Não existem registros de que tenham sido feitas incorporações ao conjunto de documentos da Câmara dos Deputados. Considera-se um fundo aberto. Entretanto, as configurações administrativas atuais, a partir dos parâmetros arquivísticos não permitem novas incorporações ao conjunto de documentos já custodiados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 encadernado, possuindo: Atos de Assentamento(Livro de Atas).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Documento disponível.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do" Arquivo Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização e dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Localização: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias dos documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos:

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP ALPAM

1.2 Título Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas

1.3 Data(s) 1858-1859, 1870 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,1metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas

2.2 História administrativa/ Biografia: Surgiu em 1852 o Poder Legislativo do Amazonas, com a instalação da primeira Legislatura Provincial, tendo como primeiro presidente o Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo.

Proclamada a independência pelo imperador D. Pedro I em 1822, o Brasil elabora sua primeira Constituição que instituiu as Assembleias Legislativas Provinciais, de onde se originou o Legislativo Amazonense.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: Os documentos são referentes ao período legislativo da Assembleia Legislativa do Amazonas

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 encadernado, possuindo a seguinte série: Relatórios.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Documento disponível.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do "Arquivo Palma" acesso in loco.

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Localização: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias dos documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Assembleia Legislativa do Amazonas

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência	BR IHGP ALPRO
1.2 Título	Assembleia Legislativa Provincial
1.3 Data(s)	1884-1888 (produção)
1.4 Nível de descrição	(1) Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textuais: 0,13m metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es)	Assembleia Legislativa Provincial

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Assembleia Legislativa Provincial

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo	Os documentos são referentes ao período legislativo provincial do Grão-Pará.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo	O fundo encontra-se organizado em 06 encadernados possuindo a seguinte série: Livros de Atas.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	Documentos disponíveis.
4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do "Arquivo Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém - Pará

5.2 Existência e localização de cópias Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentos em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para a pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções; NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVISTICA; norma geral de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos: Assembleia Legislativa Provincial

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP ALEPA

1.2 Título Assembleia Legislativa do Estado do Pará

1.3 Data(s) 1935-1936 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,035 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Assembleia Legislativa do Estado do Pará

2.2 História administrativa/ Biografia: A Assembleia Legislativa do Estado do Pará surgiu no dia 13 de março de 1885, com sua Sede instalada no Palácio localizado no PAÇO que era chamado de PAÇO da Assembleia Provincial depois de vários anos mudando de lugar (Atual Palácio Antônio Lemos) lugar em que anos mais tarde seria Promulgada a Primeira Constituição Republicana.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Assembleia Legislativa do Estado

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: os documentos são referentes ao período da Assembleia Constituinte do Estado do Pará

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido à inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações: Não existem registros que tenham sido feitas incorporações ao conjunto de documentos da ALEPA. Considera-se um fundo aberto. Entretanto, as configurações atuais, a partir de parâmetros arquivísticos não permitem novas incorporações ao conjunto de documentos já custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 encadernado, possuindo a seguinte série: Livros de Atas .

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Documentos disponível.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Localização: Belém – Pará - Brasil

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentos em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para a pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência	BR IHGP PMB
1.2 Título	Prefeitura Municipal de Belém
1.3 Data(s)	1935-1977 (produção)
1.4 Nível de descrição	(1) Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textuais: 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es)	Prefeitura Municipal de Belém

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Prefeitura Municipal de Belém

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo	O fundo encontra-se organizado em 01 caixa possuindo a série: Diversos.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	Documentos disponíveis.
4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa	Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Localização: Belém – Pará – Brasil

5.3 Existência e localização de cópias

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para a pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

Data da descrição: 2018

1- Área de identificação

1.1 Código de referência BR IHGP IMB

1.2 Título Intendência Municipal de Belém

1.3 Data(s) 1889-1914 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 1.00 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Intendência Municipal de Belém

2.2 História administrativa/ Biografia: Em fevereiro de 1889, através do Decreto nº 67, assinado pelo então governador do Estado, Dr. Justo Chermont, foi criado um Conselho Municipal da Intendência, composta por Sete Vogais, sob a presidência de um deles, nomeado pelo governo estadual. Em outubro de 1891, foi criada a Lei Orgânica dos Municípios e os municípios do Estado passaram a ser governados por um INTENDENTE, com funções executivas e um CONSELHO MUNICIPAL com funções deliberativas, que se compunha de Oito Vogais.

Fonte: ARRAES, Rosa. "Da Intendência a Prefeitura de Belém do Pará". In: Blog Belém Époque.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Intendência Municipal de Belém

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: Os documentos abrangem os seguintes fundos: "Atos de Assentamento", contém os termos de inauguração de edifícios municipais ou próprios; Os "documentos contábeis" contém os vencimentos dos funcionais da Intendência Municipal de Belém; Os "Atos Comprobatórios" contém certidões de termo de ratificação de posse de terreno pertencentes ao Major Bernardino de Sena Lameira e D. Emília da Glória Magalhães; Os "Atos de correspondência" são os ofícios recebidos da Secretaria de Governo pela Intendência Municipal de Belém; Os "projetos" são documentos referentes ao projeto para ereção do monumento comemorativo da Proclamação da República na capital do Pará; os "atos de assentamento" são os termos de inauguração de edifícios municipais, e 01 Caixa que contém o termo de exumação do Cônego João Baptista Gonçalves Campos.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo	O fundo encontra-se organizado em 04 encadernados e 04 caixas, possuindo as seguintes séries: Livro de Atas; Livro de Termos; Ofícios recebidos; Prestação de contas; Termos e Certidão.

- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	Todos os documentos encontram-se disponíveis.
4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentos em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para a pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVISTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência	BR IHGP IMAP
1.2 Título	Intendência Municipal do Amapá
1.3 Data(s)	1896 (produção)
1.4 Nível de descrição	(1) Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textuais: 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Intendência Municipal do Amapá

2.2 História administrativa/ Biografia: A Intendência Municipal da Vila de Macapá é instalada em 13 de junho de 1893, após um longo período de agitações territoriais provocado pela invasão francesa e pela formação do Triunvirato. Para resolver o problema de limites e por fim as lutas que marcaram os brasileiros do extremo norte do Brasil, o diplomata brasileiro José Maria da Silva Paranhos- o Barão do Rio Branco- defendeu os direitos do Brasil, obtendo sentença favorável.

Assim em 01 de dezembro de 1900 foi assinado o Laudo Suíço, determinando que o rio Oiapoque serviria como fronteira entre Brasil e França, encerrando definitivamente os conflitos territoriais.

Fonte: Amapá digital, joia da Amazônia.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Intendência Municipal do Amapá

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo;

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo	O fundo encontra-se organizado em 01 caixa, possuindo a seguinte série: Atos de Correspondências(Ofícios recebidos).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	Documento disponível.
4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Localização: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: Documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções; NORMA BRASIELEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP SCG

1.2 Título Secretaria da Capitania do Governo

1.3 Data(s) 1743-1823 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 1,86 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Secretaria da Capitania do Governo

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Secretaria da Capitania do Governo

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: Os documentos são referentes à administração da Capitania do Grão-Pará, Maranhão, no período colonial. Atualmente compreende os Estados do Pará, Amazonas e Maranhão

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido à inexistência de uma Comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações: Não existem registros de que tenham sido feitas incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 02 encadernados e 05 caixas, possuindo as seguintes séries: Códices; Nomeações; Requerimentos recebidos; Minuta de certidão; Passaporte; Provisão e Carta de sesmaria.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Os dois livros encadernados estão com restrições de uso (documentos deteriorados). Na caixa de "requerimentos recebidos" estão disponíveis apenas a metade da documentação. As demais caixas com seus respectivos documentos encontram-se disponíveis para o manuseio.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Localização: Belém- Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação Alguns documentos necessitando de restauração e outros em bom estado.

6.2 Notas gerais

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos.Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição : 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP SPP .

1.2 Título Secretaria da Presidência da Província

1.3 Data(s) 1823-1883 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 1,06 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Secretaria da Presidência da Província

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Secretaria da Presidência da Província

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: os documentos são referentes ao período em que o Pará ainda era uma Província.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade Devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações: Não existem registros que tenham sido feitas incorporações ao conjunto de documentos da Secretaria da Presidência da Província. Considera-se este fundo fechado.

3.4 Sistema de arranjo o fundo encontra-se organizado em ordem cronológica em números de: 3 caixas e 6 livros, abrangendo as seguintes séries: carta de naturalização, correspondências recebidas, livro de atas, livro de brasão das armas, livro de termos, ofícios recebidos, ordens, relatórios.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso 2 caixas encontram-se indisponíveis (documentos deteriorados). Os demais documentos e seus respectivos livros encontram-se disponíveis para o manuseio.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Localização: Belém - Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias

5.3 Unidades de descrição relacionadas: os documentos disponíveis encontram-se em bom estado de conservação.

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentos em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral de descrição arquivística, adotada pelo conselho nacional de arquivos.Rio de janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP SGOV

1.2 Título Secretaria do Governo

1.3 Data(s) 1871-1903 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,30 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Secretaria do Governo

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Secretaria da Presidência da Província

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: Os documentos são referentes à administração do Governo do Estado do Pará no início do Brasil enquanto República.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido à inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações: Não existem registros de que tenham sido feitas incorporações ao conjunto de documentos da Secretaria do Governo. Considera-se um fundo fechado.

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 03 pacotilhas e 01 caixa, possuindo as seguintes séries: Atos normativos, Atas de Correspondência, cartas patentes.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do "Arquivo Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios de cópias de documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentos em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018.

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CMCG

1.2 Título Conselho Municipal da Cidade do Guamá

1.3 Data(s) 1893 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Conselho Municipal da Cidade do Guamá

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Conselho Municipal da Cidade do Guamá

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade; Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental os documentos não passaporte avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações:

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 caixa, possuindo a seguinte série: Registro de posse de terras.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Documento disponível.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do "Arquivo Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização e cópias: Não há indícios de existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentos em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções; NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: NORMA GERAL NACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUVÍSTICA, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência	BR IHGP COMUB
1.2 Título	Conselho Municipal de Belém
1.3 Data(s)	1892-1894 (produção)
1.4 Nível de descrição	(1) Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textuais 0,5 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es)	Conselho Municipal de Belém

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Conselho Municipal de Belém

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo	O fundo está encontra-se organizado em 02 encadernados, possuindo a série: Livro de atas.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	documentos disponíveis.
4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios de existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentos em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA, norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacioal de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP SCMPA

1.2 Título Santa Casa de Misericórdia do Pará

1.3 Data(s) 1850-1880 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 1.20 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Santa Casa de Misericórdia do Pará

2.2 História administrativa/ Biografia: A Santa Casa foi o primeiro hospital de Belém. Construído 34 anos depois da fundação da cidade, no dia 24 de fevereiro de 1650, com o nome de irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Pará, o Hospital sempre foi referência no atendimento de pessoas carentes. Atualmente o museu/arquivo Alípio Bordalo guarda parte dessa memória da saúde e da medicina feitos no século passado.

Fonte do histórico: Secretária de planejamento do governo do Pará. Em: "Santa Casa resgata memórias e ajuda a contar história de Belém", Belém 400 anos.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Santa Casa de Misericórdia do Pará

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo : A série livros de sepultamento é composta por 30 livros, que contém os assentamentos dos cadáveres sepultados no Cemitério da Soledade

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações: A Santa Casa de Misericórdia ainda encontra-se em funcionamento, configurando-a um fundo aberto. No entanto, as diretrizes arquivísticas atuais não permitem que novas incorporações de documentos, ao conjunto já custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará. A competência para o tratamento dos documentos, atualmente produzido pela Santa Casa de Misericórdia, deve pertencer ao próprio órgão.

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 30 encadernados, possuindo as seguintes séries: Livros de Sepultamentos

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados. Há documentos a digitalizar e restaurar.

4.2 Condições de reprodução — Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma — Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios de cópias da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação — A maioria dos documentos necessitam de restauração, alguns em estado razoável.

6.2 Notas gerais

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação

1.1 Código de referência BR IHGP CIHGP

1.2 Título Coleção Instituto Histórico e Geográfico do Pará

1.3 Data(s) 1720-1955 (produção)

1.4 Nível de descrição (2) Coleção

1.5 Dimensão e suporte Textuais e impressos: 0,68 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es)

2.2 História administrativa/ Biografia: Fundado em 3 de maio de 1900, reinstalado em 1917, desde a década de 1960 o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) conhece a sua atual formação, ou seja, seu quadro social composto com setenta sócio efetivos. [...] o IHGP dispõe de significativo acervo bibliográfico reunido nas bibliotecas Barão de Guajará e José Verissimo, importantíssimo acervo documental pertencente ao Arquivo Palma Muniz.

Valioso acervo fotográfico, e acervo iconográfico e mobiliário pertencente ao seu museu. O solar do Barão de Guajará, cuja construção data a primeira metade do século XIX, prédio-sede do IHGP, constitui patrimônio histórico tombado pela legislação brasileira.

Fonte do histórico: Instituto Histórico e Geográfico do Pará (www.ihgp.net.br).

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Doações de sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e outras pessoas físicas.

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: Esta coleção refere-se a diversos registros que foram doados pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, e outras pessoas físicas.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade Devido a inexistência de uma Comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo A coleção está organizada em 91 pacotes, possuindo diversas séries

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso documento disponível

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios de existência de cópias de documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentos em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CMBOM

1.2 Título Corpo Municipal de Bombeiros

1.3 Data(s) 1894-1963 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 2,13metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Corpo Municipal de Bombeiros

2.2 História administrativa/ Biografia: O Corpo de Bombeiros foi criado através de uma Portaria Provincial, datada do dia 24 de novembro de 1882, o Corpo de Bombeiros Militar surge no Estado do Pará como uma companhia da Policia Militar. A corporação tem como patrono nacional Dom Pedro II (assim como todos os Corpos de bombeiros do Brasil), e como patrono estadual- o Intendente Antônio Lemos.

Com a promulgação da Constituição Estadual de 1989 o então, Corpo de Bombeiros da Polícia do Estado do Pará se emancipa, e ganha autonomia e um novo regime jurídico, passando a ser subordinado diretamente ao governo do Estado. O fundo do arquivo compõe-se de Registros das partes e ordens diárias.

Fonte do histórico: Corpo de Bombeiros Militar do Pará.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Corpo Municipal de Bombeiros

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: Os documentos são referentes às atividades meio e fim do Corpo Municipal de Bombeiros em atuação no município de Belém.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações: Não existem registros de que tenham sido feitas incorporações ao conjunto de documentos do Corpo Municipal de Bombeiros. Considera-se um fundo aberto.

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 41 encadernados, possuindo as seguintes séries séries: livro de registro das alterações do pessoal, livro de registro das partes diárias, livro de registro de carga e descarga, livro de registro de documentos arquivados, livro de registro de fornecedores, livro de registro de folhas de vencimentos e vantagens, livro de registro de ordens diárias, livro de

registro de punições, livro de receitas e despesas, livro de relação dos bombeiros, ofícios expedidos.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	os documentos encontram-se disponíveis para o manuseio.
4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias; Não há indícios da existência de cópias de documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentos em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções; NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP SCP

1.2 Título Sport Club do Pará

1.3 Data(s) 1896-1933 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,13 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Sport Club do Pará

2.2 História administrativa/Biografia: O Sport Club do Pará foi um clube esportivo brasileiro da cidade de Belém, capital do estado do Pará. Foi o primeiro clube para a prática do futebol no estado, sendo fundado em 1896.

Destacou-se no futebol e, principalmente, no remo estadual, vencendo regatas realizadas às margens da baia do Guajará. Atletas dissidentes do clube fundaram o Clube do Remo em 1905.

2.3 História arquivística:

2.4 Procedência: Sport Club do Pará

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: os "atos de assentamentos" contém as atas das sessões do Sport Club do Pará; Os "livros de honras" contém noticias publicadas nos jornais sobre o Sport Club do Pará; os "livros de registros do sócios" contém os nomes dos associados do Sport Club do Pará.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 06 encadernados possuindo as seguintes séries: Atos de Assentamento (Livro de Atas), Livro de Honras, Livros de Sócios.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso documento disponível

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia de Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentos em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA, norma geral nacional de descrição arquivística pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição:2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CPM

1.2 Título Coleção Palma Muniz

1.3 Data(s) 1754- 1913 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Coleção

1.5 Dimensão e suporte Textuais 1,25 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Palma Muniz; Câmara Municipal da Vila de Mazagão: Irmandade do Santíssimo Sacramento de Ourém

2.2 História administrativa/ Biografia: João de Palma Muniz foi um engenheiro civil e escritor brasileiro, membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico, escritor de livros históricos e geográficos, os quais são muito valorizados devido a seriedade dos fatos narrados, não aumentando os fatos, nem colocando fantasias banais para agradar ao público.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Palma Muniz

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em ordem cronológica, abrangendo as seguintes séries: artigos, coletânea de impressos raros, diversos, ofícios expedidos e recebidos, panfletos.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso documentos disponíveis.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa; Guia do Arquivo ”Palma Muniz”

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentos em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivíctica, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP ARBEL

1.2 Título Arcebispado de Belém

1.3 Data(s) 1897 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Arcebispado de Belém

2.2 História administrativa/ Biografia: A arquidiocese de Belém do Grão-Pará foi criado pelo Papa Clemente XI pela Bula Copiosus in Misericórdia em 4 março de 1719, a partir de território desmembrado da então Diocese do Maranhão, a pedido de Dom João V.

Em 1º de Maio de 1906 por meio da bula, Sempiternum humani generis, de São Pio X. Antigamente era Diocese e foi elevada a Arquidiocese e sede metropolitana, passando a denominar-se de Arquidiocese de Belém do Pará.

Fonte histórica: Arquidiocese de Belém. CNBB- Norte 2.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Arcebispado de Belém

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma Comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 caixa, possuindo a seguinte série: Atos de Correspondências(Requerimentos Recebidos).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicase requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias Não há indícios de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentos em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP ARCE

1.2 Título Arcebispado do Ceará

1.3 Data(s) 1899 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,2 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Arcebispado do Ceará

2.2 História administrativa/ Biografia: A Diocese do Ceará foi criado em 1853 por um decreto do Imperador Dom Pedro II, mas somente no ano seguinte, em 6 de Junho de 1854, o papa Pio IX expediu a Bula Pro animarum salute, criando canonicamente a Diocese do Ceará, desmembrando-se da Diocese de Olinda, no qual era apenas uma Vigaria Farânea. A bula papal só foi oficializada em 1860, depois de sete anos de conversa e debate entre o Vaticano e o Estado brasileiro.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Arcebispado de Belém

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido à inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 encadernado, possuindo a seguinte série: Atos de Assentamento(Livro de Atos).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias\; Não há indícios de cópias dos documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentos em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Nota do arquivista: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil , 2006.

7.3 Data da descrição:2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP ARRJ

1.2 Título Arcebispado do Rio de Janeiro

1.3 Data(s) 1931 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,1 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Arcebispado do Rio de Janeiro

2.2 História administrativa/ Biografia: Fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro no ano de 1565, seu território continuou sujeito à jurisdição espiritual do Bispo da Bahia até que, pelo Breve "In superemminenti militantis Ecclesiae", do Papa Gregório XIII, de 19 de julho de 1575, foi criada a Prelazia.

Em 16 de novembro de 1676, a Bula do Papa Inocêncio XI "Romani Pontificis pastoralis sollicitudo", elevou a antiga Prelazia de São Sebastião à categoria de Diocese, como sufragânea da Sé Metropolitana de São Salvador da Bahia, criada na mesma data. A esta ficou também subordinada a Diocese de Olinda. Da Diocese do Rio de Janeiro foram posteriormente desmembradas 131 arquidioceses, dioceses e prelazias.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Arcebispado do Rio de Janeiro

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido à inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 caixa, abrangendo a seguinte série: Atos de Correspondências (Correspondências Expedidas).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso documentação disponível.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local; Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios de existência de cópias dos documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentos em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções; NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de janeiro, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência	BR IHGP ASAPA
1.2 Título	Associação de Artistas Paraenses
1.3 Data(s)	1920-1924
1.4 Nivel de descrição	(1) Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textuais 0.135 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Associação de Artistas Paraenses

2.2 História administrativa/ Biografia: A associação surge no limiar das últimas décadas do século XIX, num contexto de modernização dos costumes, de ideal civilizatório à moda parisiense, conhecido como *Belle Époque*. Nesse sentido, as apreciações das artes eram vista pela elite paraense como essencial para o progresso econômico e moral de seu povo. "De pequenas mostras nas residências dos artistas e exposições em escolas, a produção artística foi ganhando espaço e, no inicio do século XX, as galerias de arte começaram a despontar em Belém". Portanto, havia um ideal civilizatório no qual as artes se inseriam como modelo de civilização e representava *status* social.

Fonte: ALVES, Moema de Bacelar. *Exposições e mercado de arte no Pará na virada do século XIX para o XX*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Associação dos Artistas Paraenses.

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo:

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido à inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação..

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo é constituído por 01 caixa, possuindo a série: Atos de Assentamento(Correspondência Recebidas).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	documentação disponível para a pesquisa.
4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias dos documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para a pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência	BR IHGP BAPP
1.2 Título	Biblioteca e Arquivo Público do Pará
1.3 Data(s)	1979 (produção)
1.4 Nível de descrição	(1) Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textuais 0,135 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Biblioteca e Arquivo Público do Pará

2.2 História administrativa/ Biografia: Criada no final do século XIX, precisamente em 1894. O APEP é uma das principais instituições arquivísticas do Brasil no que se refere à guarda da documentação colonial e imperial. Ele guarda informações importantes acerca das relações políticas, sociais, culturais e ambientais da Amazônia durante os períodos Colonial e Imperial, entre os anos de 1649 a 1889, além da documentação que corresponde ao período Republicano.

Fonte: O GUARDIÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DO PARÁ: ACESSO À INFORMAÇÃO E POLÍTICA NA CRIAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (1890- 1916). LEONARDO TORII.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Biblioteca e Arquivo Público do Pará

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo	: Os "atos de correspondência" contêm ofícios enviados pelo diretor da biblioteca e Arquivo Público do Pará.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo	O fundo encontra-se organizado em 01 caixa, possuindo a seguinte série: Declarações.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	documentação disponível para pesquisa.
4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará – Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias dos documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para a pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko.

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP DFNSN

1.2 Título Diretoria da Festa de Nossa Senhora de Nazareth

1.3 Data(s) 1931/ 1934-1935/ 1941/ 1944-1945 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Diretoria da Festa de Nossa Senhora de Nazareth

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Diretoria da Festa de Nossa Senhora de Nazareth

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 caixa, possuindo a seguinte série: programas.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso documento disponível para pesquisa.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios de cópias de documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentação em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para o manuseio do pesquisador.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas; Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CDEAM

1.2 Título Comissão de Defesa Econômica da Amazônia

1.3 Data(s) 1913 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,15 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Comissão de Defesa Econômica da Amazônia

2.2 História administrativa/Biografia:

2.3 História arquivística:

2.4 Procedência: Comissão de Defesa Econômica da Amazônia

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 encadernado e 01 caixa, possuindo as seguintes séries: Atos de Assentamento(Livro de Atas) e Atos de Correspondências(Correspondências Recebidas).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso documento disponível para pesquisa.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa; Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias dos documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentação em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para o manuseio do pesquisador.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8. Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP COP

1.2 Título Comitê Patriótico

1.3 Data(s) 1915 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais :0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Comitê Patriótico

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Comitê Patriótico

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo ´está organizado em 01 caixa, possuindo a seguinte série: Atos de Correspondência(Correspondências Recebidas)

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso documentos disponíveis para pesquisa.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias dos documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6.1 Notas sobre conservação: documentação em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para o manuseio do pesquisador.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP RRPA

1.2 Título Recebedoria de Rendas do Estado do Pará

1.3 Data(s) 1946-1947 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Recebedoria de Rendas do Pará

2.2 História administrativa/ Biografia: As recebedorias de rendas foram órgãos de recolhimento de tributos criados na Corte e nas províncias a partir da década de 1830, período marcado por sucessivos esforços do governo em alterar as formas de arrecadação dos impostos e de ampliação das rendas. Em 1846, o decreto n. 451, de 15 de junho, criou uma recebedoria de rendas internas no Pará para arrecadação e fiscalização das rendas, que até então eram feitas nas respectivas alfândegas.

O decreto também apresentou uma tabela com uma nova estrutura administrativa para as demais recebedorias existentes no Império. Cabia às recebedorias de rendas internas a arrecadação da segunda décima dos prédios de corporações de mão-morta, de impostos sobre lojas abertas, carruagens e sedes; bancos do interior; do selo do papel; da taxa dos escravos; da sisa dos bens de raiz; dos direitos novos e velhos e de chancelaria; do dízimo da chancelaria; dos meios soldos de patentes militares; das matrículas dos cursos jurídicos e escolas de medicina; dos foros de terrenos de marinha; dos rendimentos de próprios nacionais. Também era atribuição desses órgãos as reposições e restituições à fazenda nacional de rendas e despesas gerais a cargo da recebedoria.

Fonte: Recebedorias das Rendas Internas de Pará, Bahia, Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Sul. In: MAPA, Arquivo Nacional.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Recebedoria de Rendas do Estado do Pará

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo : As series contêm guias para aquisição de estampilhas.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 caixa, possuindo a seguinte série: Guias

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa; Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documento disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: norma brasileira de descrição arquivística, NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP TREPA

1.2 Título Tribunal Regional Eleitoral do Pará

1.3 Data(s) 1960-1965 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Tribunal Regional Eleitoral do Pará

2.2 História administrativa/ Biografia: O TRE - Tribunal Regional Eleitoral - do Pará teve a sua instalação efetivada no dia 06/06/1945, nesta cidade de Belém, Capital do Pará, em cerimônia solene acontecida na sala das sessões do Tribunal de Apelação.

Seu primeiro presidente foi o desembargador Manoel Maroja Neto, sendo vice-presidente o desembargador Curcino Loureiro da Silva.

Da sessão de instalação do TRE/PA participaram diversas personalidades, dentre as quais os então presidentes do Tribunal de Apelação, do Conselho Administrativo do Estado, do Conselho Regional do Trabalho da 8ª Região, o Prefeito Municipal de Belém, além do presidente da OAB/PA, outros desembargadores, juízes e representantes de partidos políticos, e ainda figuras do mundo social da época.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Tribunal Regional Eleitoral do Pará

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 caixa, possuindo a seguinte série: acordão.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso documentação disponível.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias dos documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação.

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentação em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documento disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA, norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de janeiro, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP MAPA

1.2 Título Maçonaria Paraense

1.3 Data(s) 1917 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,05 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Maçonaria Paraense

2.2 História administrativa/ Biografia: É uma sociedade secreta e filosófica, filantrópica, iniciática e progressista. De caráter universal os membros cultivam o aclassísmo, humanidade, cultivam também os princípios da liberdade, democracia, igualdade e fraternidade. A maçonaria é uma sociedade fraternal que admite todos os homens livres e de bons costumes.

O termo maçom quer dizer pedreiro, construtor.

2.3 História arquivística:

2.4 Procedência: Maçonaria Paraense

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade; Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 encadernado, possuindo as seguintes séries: Mensagens, pareceres.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso documentação disponível.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias dos documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentação em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, 2006.

Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CMIL

1.2 Título Club Militar

1.3 Data(s) 1889 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,05 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Club Militar

2.2 História administrativa/ Biografia: O Clube Militar fundado em 26 de junho de 1887, é uma associação de direto privado sem fins lucrativos, de caráter representativo, assistencial, social, cultural, esportivo e recreativo, localizado no Rio de Janeiro e com atuação em todo território nacional.

O documento se refere a seção da Assembleia Geral em 09 de novembro de 1889. Sob a presidência do Senhor Tenente Coronel Benjamin Constant.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Club Militar

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido à inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 caixa, possuindo a seguinte série: Atos de Assentamento(Livro de Atas).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso documento disponível.

4.2 Condições de reprodução Serão permitidas a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios das cópias dos documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentação em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para o manuseio do pesquisador.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas; Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Makyo

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVISTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CPC

1.2 Título Club Paes de Carvalho

1.3 Data(s) 1897 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,01 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es): Club Paes de Carvalho

2.2 História administrativa/ Biografia: O Club Republicano do Pará foi criado em 11 de Abril de 1886 com o intuito de propagar os ideais republicanos na província. A associação tinha por objetivo a eliminação da realeza, que para os republicanos representava a causa do atraso da sociedade brasileira.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Club Paes de Carvalho

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação de critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 encadernado, possuindo a seguinte série: Atos de Assentamento (Livros de Atas)

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios das cópias dos documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documentação em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para a pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko.

7.2 Regras ou convenções; NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística,adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data da descrição:2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência	BR IHGP SEOPTV
1.2 Título	Secretaria de Estado de Obras Públicas, Terras e Viação
1.3 Data(s)	1910-1912 (produção)
1.4 Nível de descrição	(1) Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textuais: 0,2 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Secretaria de Estado de Obras Públicas, Terras e Viação

2.2 História administrativa/ Biografia: A criação da Secretaria de Estado de Obras Públicas, Terras e Viação, em 1860, ocorreu em um período de desenvolvimento da economia, da infraestrutura e da urbanização no Brasil. Os ideários de progresso e civilização, presentes no pensamento ocidental na época, também influenciavam o governo e a elite do Império, que buscavam inserir o Brasil no rol das nações civilizadas. E outras importantes demandas surgiram na segunda metade do século XIX. Em 1850, a Lei de Terras foi promulgada, tornando-se necessário um aparato administrativo para demarcar, registrar e fiscalizar as terras e seus processos de compra e venda de escravos.

Fonte: GABLER. Louise. A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891). In: Cadernos MAPA n.4 Memória da Administração Pública Brasileira

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 encadernado, possuindo a seguinte série: Portarias .

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	Documentação disponível para a pesquisa.
4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: Documentação em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: Documentação disponível.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções; NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, Conselho Nacional de Arquivos, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP DOP

1.2 Título Diretoria de Obras Públicas

1.3 Data(s) 1870-1872 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,2 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Diretoria de Obras Públicas

2.2 História administrativa/ Biografia: O objetivo era de administrar e fiscalizar os trabalhos das obras públicas dos municípios.

Fonte: GABLER. Louise. A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891). In: Cadernos MAPA n.4 Memória da Administração Pública Brasileira

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Diretoria de Obras Públicas

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido à inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em ordem cronológica, possuindo a seguinte série: relatório

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados. O relatório referente ao ano de 1870 encontra-se incompleto. Os demais documentos estão disponíveis para a pesquisa.

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: Parte da documentação encontra-se incompleta, porém em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: Parte da documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivista: Ana negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional dde Arquivos,Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CCBEL

1.2 Título Comissão Coordenadora de Belém

1.3 Data(s) 1975 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,1 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Comissão Coordenadora de Belém

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Comissão Coordenadora de Belém

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade\; Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação spb os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 encadernado, possuindo a seguinte série: Atos de Assentamento(Livro de Atas).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará- Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios de cópias de documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação

6.2 Notas gerais

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos Arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko.

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP ALBEL

1.2 Título Alfândega de Belém

1.3 Data(s) 1951 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,1 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Alfândega de Belém

2.2 História administrativa/ Biografia: A sede da alfândega de Belém fica localizada onde era o antigo Convento dos Mercedários que é um edifício histórico da cidade brasileira de Belém do Pará, integrado ao Conjunto Arquitetônico dos Mercedários. Foi construído em 1640, para receber os frades Pedro de La Rua e João das Mercês que vieram da cidade de Quito com Pedro Teixeira em 1639. O Convento vivenciou diversos fatos importantes da antiga Belém. Após a expulsão dos religiosos, foi ocupado por instituições públicas importantes para história da cidade, como: palco da revolta da Cabanagem; sede da Alfândega de Belém; Trem de Guerra, e; Correios.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Alfândega de Belém

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo: A série guia é composta de 1 caixa que são correspondências expedidas em 1951, que contém guias de recolhimento de impostos de consumo de produtos nacionais.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 caixa, possuindo a série: Atos de Correspondência (Correspondência expedida)

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Documentação disponível

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém - Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para a pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP GFC

1.2 Título Guajará Foot-ball Club

1.3 Data(s) 1822-1992 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,065 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Guajará Foot-ball Club

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Guajará Foot-ball Club

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido á inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 encadernado, possuindo a seguinte série: Atos de Assentamento(Relatório)

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios de cópias de documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação

6.2 Notas gerais

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Christian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP SQA

1.2 Título Sociedade 15 de Agosto

1.3 Data(s) 1879-1884 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,1 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Sociedade 15 de Agosto

2.2 História administrativa/ Biografia: Fundada em 7 de setembro de 1879, tendo como pioneiro da ideia de sua fundação Domingos Antônio Rayol. A finalidade da sociedade era festejar anualmente a adesão do Pará a independência nacional.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: doação dos documentos pertencentes ao Arquivo Municipal de Belém,

por ordem do Prefeito Municipal de Belém a Ernesto Cruz.

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por avaliação sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em, 01 encadernado, possuindo a seguinte série: Atos de Assentamento

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko.

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP ASMCIA

1.2 Título A. S. Miranda e Cia

1.3 Data(s) 1928 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,1 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) A. S. Miranda e Cia

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: A. S. Miranda e Cia

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por uma avaliação, sob os critérios de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 encadernado, possuindo a seguinte série: livro de registro de vendas.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Localização: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, adotada, pelo Conselho Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência	BR IHGP CAEC
1.2 Título	Comissão de Alistamento Eleitoral da Capital
1.3 Data(s)	1916-1918 (produção)
1.4 Nível de descrição	(1) Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textuais: 0,3 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es)	Comissão de Alistamento Eleitoral da Capital

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Comissão de Alistamento Eleitoral da Capital

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo	O fundo encontra-se organizado em 01 caixa, possuindo a seguinte série: lista dos cidadãos qualificados eleitores.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	Com restrições aos documentos deteriorados
4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Localização: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: não há indícios da existência de cópias de documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição (ões) 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP AIPA

1.2 Título Associação da Imprensa do Pará

1.3 Data(s) 1915-1919 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,1 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Associação da Imprensa do Pará

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Associação da Imprensa do Pará

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma Comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo encontra-se organizado em 01 encadernado, possuindo a seguinte série: Livro de Frequência.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística. Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP JPVO

1.2 Título Juízo de Paz da Vila de Ourém

1.3 Data(s) 1831-1846 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,2 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Juízo de Paz da Vila de Ourém

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Juizo de Paz da Vila de Ourém

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma Comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 encadernado, abrangendo a seguinte série: Atos de Assentamento (Livros de Termos).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia "Arquivo Palma Muniz""

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Localização: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de cópias de documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação

6.2 Notas gerais

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de janeiro, 2006.

7.3 Data da descrição 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CGBLP

1.2 Título Consulado Geral do Brasil (Loreto-Peru)

1.3 Data(s) 1883 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Consulado Geral do Brasil (Loreto-Peru)

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Consulado Geral do Brasil (Loreto-Peru)

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma Comissão permanente de temporalidade, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 caixa, possuindo a seguinte série: Atos de Assentamento(Termos).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicase requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia "Arquivo Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para a pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA:norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data da descrição: 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CECPA

1.2 Título Conselho Estadual de Cultura do Pará

1.3 Data(s) 1971-1990 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,52 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Conselho Estadual de Cultura do Pará

2.2 História administrativa/ Biografia Criado pela Lei nº 4.073 de 20.12.1967, alterada pela Lei 4.63, de 19.05.1976, tem como princípio básico atuar na elaboração e execução da política cultural do estado do Pará.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Conselho Estadual de Cultural

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma Comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 03 caixas, possuindo as seguintes séries: Atos de Assentamento(Atas), diversos.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo Palma Muniz

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

5.2 Existência e localização de cópias:

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para a pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÌSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição (ões) 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP JOOG

1.2 Título Juiz Ordinário dos Órfãos de Gurupá

1.3 Data(s) 1833 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Juiz Ordinário dos Órfãos de Gurupá

2.2 História administrativa/Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Juiz ordinário dos Órfãos de Gurupá

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 caixa, abrangendo a seguinte série: atos de inventário e partilha de bens.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa: Guia Arquivo ¨Palma Muniz¨

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para a pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Nota do arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição (ões) 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP JOCVS

1.2 Título Juiz Ordinário e do Crime da Vila de Soure

1.3 Data(s) 1825 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais: 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Juiz Ordinário e do Crime da Vila de Soure

2.2 História administrativa/Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Juiz Ordinário e do Crime da Vila de Soure

3- Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 caixa, abrangendo a seguinte série: autos crimes de sumário.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo ¨Palma Muniz¨

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias : Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para a pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição (ões) 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP JOST

1.2 Título Juiz Ordinário de Salvaterra

1.3 Data(s) 1793-1794 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Juiz Ordinário de Salvaterra

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Juizo Ordinário de Salvaterra

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 caixa, abrangendo a seguinte série: Atos de Assentamento(Termos).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia do Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição (ões) 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência	BR IHGP CNSR
1.2 Título	Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de Mazagão
1.3 Data(s)	1787-1857 (produção)
1.4 Nível de descrição	(1) Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textuais 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es)	Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de Mazagão

2.2 História administrativa/ Biografia:

A Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos pretos velhos da Vila Nova de Mazagão, remota o século XVIII. Eram associações diversas que entrecruzavam os laços de solidariedade. Organizam festas, jogos, banquetes ou refeições comuns, procissões, representam mistérios. Mesclam-se o sagrado e o profano na busca de proteção. A população transferida para o Vale Amazônico, todavia, não era exclusivamente africana ou do continente europeu. Havia entre os emigrados para Vila Nova de Mazagão, algumas pessoas originárias dos Açores, especialmente das ilhas de São Miguel, Faial e Gracioza, razão pela qual buscaram reproduzir práticas e representações que lhes chegaram pelos lentos e perenes caminhos da cultura e da sociabilidade encenadas na Festa ao Espírito Santo.

Os devotos mazaganeses reproduzem fragmentos do culto ao Espírito Santo, muito próximos daqueles registrados nas fontes dos séculos XVII e XVIII, em Portugal. As imagens e representações reunidas na festa do Espírito Santo, em Mazagão Velho, são vivências vigorosas daquele festivo culto, no século XVIII, na então Freguesia de Nossa Senhora da Assunção da Vila Nova de Mazagão.

Fonte: MOTINHA, Katy Eliana Ferreira. Vila Nova de Mazagão: espelho de cultura e de sociabilidade portuguesas no vale amazônico.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Confraria do Rosário dos Homens da Vila de Mazagão

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	Devido a inexistência de uma comissão permanente de avaliação documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	O fundo está organizado em 01 caixa, abrangendo a seguinte série: compromisso.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	Com restrições aos documentos deteriorados
4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição (ões) 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência	BR IHGP CEMSR
1.2 Título	Confraria dos Escravos de Maria Santíssima do Rosário (Freguesia de São José de Macapá)
1.3 Data(s)	1778 (produção)
1.4 Nível de descrição	(1) Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textuais 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es)	Confraria dos Escravos de Maria Santíssima do Rosário (Freguesia de São José de Macapá)

2.2 História administrativa/Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo	O fundo encontra-se organizado em 01 caixa, abrangendo a seguinte série: compromisso.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	Com restrições aos documentos deteriorados
4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Arquivo "Guia Arquivo Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias Não há indícios da existência de cópias de documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayco

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2016.

7.3 Data(s) da(s) descrição (ões) 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência	BR IHGP CEPA
1.2 Título	Clube de Engenharia do Pará
1.3 Data(s)	1919-1923 (produção)
1.4 Nível de descrição	(1) Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textuais: 0,42metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Clube de Engenharia do Pará

2.2 História administrativa/ Biografia: O Clube de Engenharia do Pará, sociedade civil fundada em 14 de maio de 1919 e revigorado em 10 de agosto de 1934, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará é constituído para fins de coordenação, amparo moral e material à classe que representa, e ainda com o intuito de colaborar com os poderes públicos e demais entidades, pugnando de maneira efetiva para desenvolvimento econômico do País.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Clube de Engenharia do Pará

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade Devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 03 caixas, abrangendo as seguintes séries: atas da assembleia geral, atas do conselho, cartas e telegramas.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	Com restrições aos documentos deteriorados
4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição (ões) 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP SEIN

1.2 Título Seção de Estatísticas e Informações

1.3 Data(s) 1928 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Seção de Estatísticas e Informações

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Instituto Histórico e Geográfico do Pará

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 caixa, abrangendo a seguinte série: imposto de exportação nos municípios do Estado do Pará.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP CLS

1.2 Título Coleção Lauro Sodré

1.3 Data(s) 1890 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Coleção

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Lauro Sodré

2.2 História administrativa/ Biografia Nasceu em Belém, no estado do Pará em 17 de outubro de 1858, foi militar, político e líder republicano. Foi o primeiro governador do estado do Pará, eleito pelo Congresso Constituinte, a 23 de junho de 1891.Faleceu em 16 de junho de 1911, na cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Abel Tolentino de Oliveira Júnior (Loja Maçônica Luz do Horizonte 2038 – Goiânia-Go – Brasil)

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Instituto Histórico e Geográfico do Pará

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 caixa, abrangendo a seguinte série: correspondências recebidas.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos.

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP LDN

1.2 Título Liga de Defesa Nacional

1.3 Data(s) 1968-1982 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,42 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es): Liga de Defesa Nacional

2.2 História administrativa/ Biografia: Foi fundada no Rio de Janeiro em 7 de setembro de 1916 por um grupo de intelectuais liderados por Pedro Lessa, Miguel Calmon, Olavo Bilac e Wenceslau Braz, na época presidente do Brasil. A sua atuação está ligada à campanha vitoriosa pela implantação do Serviço Militar Obrigatório no Brasil.

Os objetivos da Liga se inseriram num ideário nacionalista que fomentava o conceito de "cidadão-soldado", considerando as Forças Armadas como uma escola de civismo e acreditando que os intelectuais deveriam se engajar na causa nacionalista a fim de formar um Estado mais unido e moderno. Divulgavam seu projeto através de panfletos, livros e palestras por todo o Brasil, conseguindo grande receptividade entre a população, em especial entre os estudantes. Uma de suas conquistas foi à obrigatoriedade da apresentação da carteira de reservista aos candidatos a cargos públicos.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Liga da Defesa Nacional

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 03 caixas, abrangendo a seguinte série: diversos.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP MinG

1.2 Título Ministério de Guerra

1.3 Data(s) 1923-1950 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,42 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Ministério de Guerra

2.2 História administrativa/Biografia: O Ministério da Guerra do Brasil foi um ministério criado em 1815, dando maior autonomia às forças armadas brasileiras em relação a Portugal, centralizando todas as forças militares de terra sob um só poder.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Instituto Histórico e Geográfico do Pará

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 03 caixas , abrangendo as seguintes séries: autos de exumação, decretos, diversos.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP HMAG

1.2 Título Hilário Maximiano Antunes Gurjão

1.3 Data(s) 1851-1986 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Hilário Maximiano Antunes Gurjão

2.2 História administrativa/Biografia: Foi um militar brasileiro, que lutou na Guerra do Paraguai, nasceu em Belém, Fevereiro de 1820 e morreu no Paraguai em 1869.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Hilário Maximiano Gurjão

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 caixa, abrangendo a seguinte série: diversos.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP 22ºBC

1.2 Título 22º Batalhão de Caçadores

1.3 Data(s) 1938-1940 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) 22º Batalhão de Caçadores

2.2 História administrativa/Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência 22ª Batalhão de Caçadores

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 caixa, abrangendo a seguinte série: cadernos de registro de informações dos Srs. oficiais de 1938-1940.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP PRPA

1.2 Título Partido Republicano (Seção Pará)

1.3 Data(s) 1858-1968 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,59 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Partido Republicano (Seção Pará)

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Partido Republicano (Seção Pará)

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O acervo está organizado em ordem cronológica, abrangendo as seguintes séries: diversos, livro de atas, livro de presenças.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP PRMBR

1.2 Título Partido Republicano (Município de Bragança)

1.3 Data(s) 1963 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,1 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Partido Republicano (Município de Bragança)

2.2 História administrativa/Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Partido Republicano (Município de Bragança)

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 encadernado, abrangendo a seguinte série: Atos de Assentamento(Livro de Atas).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP PRMV

1.2 Título Partido Republicano (Município de Vigia)

1.3 Data(s) 1962 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,2metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Partido Republicano (Município de Vigia)

2.2 História administrativa/ Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O acervo está organizado em 01 encadernado, abrangendo a seguinte série: Atos de Assentamento(Livro de Atas).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP PBPA

1.2 Título Praticagem da Barra do Pará

1.3 Data(s) 1893-1906 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,3 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Praticagem da Barra do Pará

2.2 História administrativa/Biografia: Em 15 de novembro de 1802 foram criados os cargos de patrão-mor (prático chefe) das barras dos portos do Pará, Bahia e do Rio de Janeiro. O primeiro serviço de praticagem brasileiro, porém, foi organizado na Baía de Guanabara com o decreto de 12 de junho de 1808, no qual o Príncipe Regente D. João VI, já colocava em vigor o regimento para os pilotos práticos da Barra do Porto da Cidade do Rio de Janeiro e vinculava o serviço de praticagem à livre circulação de mercadorias, através da segurança da navegação em "águas restritas" (portos e suas vias de acesso), após a "Abertura dos Portos às Nações Amigas".

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Praticagem da Barra do Pará

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em ordem cronológica, abrangendo a seguinte série: livro de assentamento

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP JARC

1.2 Título José Albino Ribeiro Cordeiro

1.3 Data(s) 1894-1930 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,1 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) José Albino Ribeiro Cordeiro

2.2 História administrativa/Biografia:

2.3 História arquivística

2.4 Procedência José Albino Ribeiro Cordeiro

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 pacotilha, abrangendo a seguinte série: diplomas.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indício da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP ESM

1.2 Título Eurico Serzedelo Machado

1.3 Data(s) 1927-1973 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,1 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Eurico Serzedelo Machado

2.2 História administrativa/Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Eurico Serzedelo Machado

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 pacotilha, abrangendo a seguinte série: diplomas.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP EPM

1.2 Título Euclydes Pinto Martins

1.3 Data(s) 1822-1823 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,2 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Euclydes Pinto Martins

2.2 História administrativa/Biografia: Foi um aviador brasileiro, em fins de 1922 foi escolhido como parte da tripulação do avião Curtis H-16 fretado pelo jornal "The New York World", que patrocinava a tentativa de uma viagem aérea pioneira entre as Américas do Norte e do Sul. Foi maçom tendo sido iniciado na Loja Deus e Amor de Recife.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Euclydes Pinto Martins

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 pacotilha abrangendo as seguintes séries: Diplomas.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência	BR IHGP MRL
1.2 Título	Miguel Ribeiro Lisboa (Barão de Japurá)
1.3 Data(s)	1869-1915 (produção)
1.4 Nível de descrição	(1) Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textuais 0,1 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Miguel Ribeiro Lisboa (Barão de Japurá)

2.2 História administrativa/Biografia: Foi um diplomata e nobre brasileiro, nasceu no Rio de Janeiro, em maio de 1809, e morreu em Lisboa em abril de 1881. Mestre em artes pela Universidade de Edimburgo, entrou na carreira diplomática aos 18 anos de idade, como adido à legação de Londres, depois de galgar postos na diplomacia representou o Brasil no Chile, Venezuela, Peru, Bolívia, Equador, Estados Unidos(1859-1864), Bélgica (1865-1868) e finalmente Portugal 1868, onde faleceu. Autor do livro de poemas "Romances Históricos por um Brasileiro".

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Miguel Ribeiro Lisboa (Barão de Japurá)

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 pacotilha, abrangendo a seguinte série: diversos.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	Com restrições aos documentos deteriorados
4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo “Palma Muniz”

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP MML

1.2 Título Miguel Marques de Lisboa

1.3 Data(s) 1831-1834 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,3 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Miguel Marques de Lisboa

2.2 História administrativa/Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Miguel Marques de Lisboa

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 pacotilha, abrangendo a seguinte série: correspondências expedidas.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP JAC

1.2 Título José Augusto Corrêa

1.3 Data(s) 1895-1903 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,2 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) José Augusto Corrêa

2.2 História administrativa/Biografia: Foi um poeta, filólogo, professor e inspetor da alfândega maranhense. Nasceu em São Luís em agosto de 1854, e faleceu em fevereiro de 1919.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência José Augusto Corrêa

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 03 pacotilhas, abrangendo as seguintes séries: carta patente, diplomas, diversos.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP MFC

1.2 Título Manoel Ferreira Coelho

1.3 Data(s) 1932-1960 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,2 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Manoel Ferreira Coelho

2.2 História administrativa/Biografia

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Manoel Ferreira Coelho

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 pacotilha, abrangendo a seguinte série: diversos.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP MCO

1.2 Título Maximino Corrêa

1.3 Data(s) 1910 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Maximino Corrêa

2.2 História administrativa/Biografia: Luiz Maximino, engenheiro civil, foi o responsável pela construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança e pela construção de um grande número de prédios importantes de Belém. Sócio de um dos homens mais ricos e requisitados do Pará, Francisco Bolonha, engenheiro e arquiteto, responsável pela implantação do "art nouveau" no Estado vizinho, fizeram construir a Fábrica de Cerveja Paraense e a Fábrica de Gelo Amazonense. Outro irmão fazia parte da sociedade – Antonino Carlos. Mais tarde desfazem a sociedade, ficando os dois irmãos Miranda Corrêa com a fábrica de gelo amazonense e a família Bolonha com a fábrica de cerveja paraense.

Nessa época, Luiz Maximino constrói uma belíssima mansão em Belém do Pará, na Avenida Independência. Dentro do gosto "art nouveau" é um palacete com três andares que sobrevive até hoje.

Fonte: Palacete Miranda Corrêa. In: Blog do Coronel Roberto, catando letras e escrevendo histórias. 4 de Janeiro de 2013.

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Maximino Corrêa

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 caixa, abrangendo a seguinte série: memorial.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso Com restrições aos documentos deteriorados

4.2 Condições de reprodução Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos

4.3 Idioma Português

.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP ISC

1.2 Título Inocêncio Serzedelo Corrêa

1.3 Data(s) S/D (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 0,14 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Inocêncio Serzedelo Corrêa

2.2 História administrativa/Biografia: Nasceu em Belém, PA, em 16 de junho de 1853, e faleceu no Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1932. Ficou órfão de pai aos 11 anos. De família paupérrima, foi recebido gratuitamente no Seminário Menor da Capital da Província, onde aprendeu as primeiras letras, sempre como aluno brilhantíssimo, e em seguida, o Seminário Maior. Era abolicionista e republicano. Quando a República foi proclamada, era capitão e um dos que batalharam, desde a fundação do Clube Militar, na réstea da Questão Militar, pelo novo regime. A 15 de novembro marchara ao lado de seu mestre e ídolo Benjamin Constant para o Campo de Santana. Nos primeiros tempos da República teve atuação de grande relevo. Foi deputado à Assembleia Constituinte pelo PA, tomando parte ativa e brilhante nos debates. Em 1892, já tenente-coronel, foi nomeado ministro das Relações Exteriores, acumulando, interinamente, as pastas do Interior e da Justiça. No mesmo ano, foi exonerado do Ministério do Exterior e nomeado para o da Agricultura. Ainda em 1892, foi designado ministro da Fazenda, cargo de que se exoneraria alguns meses depois. Por ocasião da revolta de 6 de setembro, desgostoso, pediu demissão do Exército e de professor da Escola Militar. Em 1894, foi novamente eleito deputado pelo Pará.

Fonte: Site do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Inocêncio Serzedelo Corrêa

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O fundo está organizado em 01 caixa, abrangendo a seguinte série: diversos (xerox).

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	Com restrições aos documentos deteriorados
4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

1- Área de identificação.

1.1 Código de referência BR IHGP

1.2 Título Instituto Histórico e Geográfico do Pará

1.3 Data(s) 1900-2010 (produção)

1.4 Nível de descrição (1) Fundo

1.5 Dimensão e suporte Textuais 17,56 metros lineares

2- Área de contextualização.

2.1 Nome(s) do(s) produtor (es) Instituto Histórico e Geográfico do Pará

2.2 História administrativa/Biografia: O Instituto Histórico e Geográfico do Pará, IHGP, em seu primeiro momento foi fundado, a 3 de maio de 1900. A sua criação esteve associada às comemorações do 4º Centenário do descobrimento do Brasil, sob os auspícios do governo do Estado do Pará, na época governado por José Paes de Carvalho. A data escolhida para fundação do Instituto, 3 de maio, fazia alusão portanto à data considerada na época como da descoberta do Brasil, sendo o Instituto fundado na mesma ocasião em que fora instituída a Academia Paraense de Letras e a Liga Humanitária. Ao longo de sua história, desde 1900, conheceu três fases importantes, vivenciando atualmente a sua quarta fase.

Fonte: Histórico. In: Site do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGP).

2.3 História arquivística

2.4 Procedência Instituto Histórico e Geográfico do Pará

3- Área de conteúdo e estrutura.

3.1 Âmbito e conteúdo

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade: devido a inexistência de uma Comissão Permanente de Avaliação Documental, os documentos não passaram por nenhum critério de temporalidade e destinação.

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo O acervo está organizado em ordem cronológica, abrangendo as seguinte séries: artigos, ata, biografia, catálogo, circular, convênio, correspondências, diário de ocorrência de obras, diplomas, diversos, documentos administrativos, dossiê, estatutos, eventos, livro de arquivamento, livro de atas, livro de coleções, livro de controle de entrada e saída de materiais, livro de correspondências recebidas, livro de despesas, livro diário, livro de elaboração dos estatutos, livros de frequências, livro de moção, livro de ocorrências, livro de pagamento de contribuições dos sócios, livro de ponto, livro de presença, livro de proposta de sócio, livro de protocolo, livro de receitas e despesas, livro de registro de empregados, livro de registro de notas de

despesas, livro de registro de ofertas, livro de registro de sócios, livro de visita, Memorando-Circular, ofício-circular, ofícios, portarias, prestação de contas, processo, projeto arquitetônico de restauração, recibo de livros, relatórios, sessão solene, sessão ordinária, telegramas.

4- Área de condições de acesso e uso.

4.1 Condições de uso	Com restrições aos documentos deteriorados
4.2 Condições de reprodução	Será permitida a cópia digital respeitando o estado de conservação dos documentos
4.3 Idioma	Português

.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa Guia Arquivo "Palma Muniz"

5- Área de fontes relacionadas.

5.1 Existência e localização dos originais

Entidade Custodiadora: Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Local: Belém – Pará - Brasil

5.2 Existência e localização de cópias: Não há indícios da existência de cópias de documentos

5.3 Unidades de descrição relacionadas

5.4 Nota sobre publicação

6- Área de notas.

6.1 Notas sobre conservação: documento em bom estado de conservação.

6.2 Notas gerais: documentação disponível para pesquisa.

7- Área de controle da descrição.

7.1 Notas dos arquivistas: Ana Negrão do Espírito Santo e Cristian Mayko

7.2 Regras ou convenções: NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA; norma geral nacional de descrição arquivística, Rio de Janeiro, 2006.

7.3 Data(s) da(s) descrição(ões): 2018

8- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

Bibliografia

ARQUIVO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO. *Legislação*. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, 1985.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL. *Guia*. Urbelândia: Arquivo Público Municipal, 1990.

AZEVEDO, José Eustáchio de. *Literatura Paraense*. Belém: Fundação Cultural do Estado do Pará Tancredo Neves; Sec. de Estado de Cultura do Pará, 1990.

BASTOS, Aurélio Wander. A ordem jurídica e os documentos de pesquisa no Brasil. *Arquivo e Administração*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 3-128, 1980.

BELLOTTO, Heloisa. *Arquivos permanentes: tratamento Documental*. 4ª.ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2014.

_____. Descrição: processo e instru-mentos. *Arquivo de Rio Claro*. Rio Claro, v. 6, n. 1, p. 8-30, 1987.

_____. Descrição sumária: solução de acesso. *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 65-71, 1988.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. O público e o privado: contribuição para o debate em torno da caracterização de documentos e arquivos. *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 57-64, 1987.

COELHO. Geraldo M. *História e Ideologia: O IHGB e a República (1889-1891)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1981.

COMISSÃO ESPECIAL DE PRESERVA-ÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL – CEPAD. *A importância da informação e do documento na administração pública brasileira*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público – FUNCEP, 1987.

CÓRTES, Vicenta. *Archivos de Espana y América: materiales para um manual*. Madrid: Universidad Complutense, 1979.

_____. La selecion de documentos: uma noticia gráfica del siglo XVII. *Arquivo Rio Claro*. Rio Claro, v. 6, n. 1, p. 4-7, 1987.

FIGUEIREDO, Aldrin de Moura. Panteão da História, Oratório da Nação: o simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios da Amazônia. *In*: NEVES, Fernando Arthur de Freitas & LIMA, Maria Roseane Pinto (orgs.). *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2005, 539-560.

GOMES, Flávia Roncarati. Parati, memória documental em risco. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 65-78, 1987.

GUIA de Instituições Culturais do Centro Histórico de Salvador: Museu Eugênio Leal Teixeira, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

MONTEIRO, Shirley do Socorro Magalhães. *Solar do Barão de Guajará*. Belém: trabalho manuscrito, 1995.

PROGRAMA Nacional de Preservação da Documentação Histórica: Pró-Documen-to. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. São Paulo: Depar-tamento do Patrimônio Histórico, 1991.

SCHELLENBERG, T.R. *Arquivos Modernos*. 6ª ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira de. Os arquivos cartorários e o trabalho do historiador. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 5-16, 1987.

TRINDADE, Elna Maria Andersen. *Solar Barão do Guajará*. Belém: trabalho digitado, 1995.

Funcionamento

- **Endereço:**

Rua D'Aveiro - Cidade Irmã, antiga Tomásia Perdigão, 62
Cidade Velha
CEP: 66.020-610
Belém – Pará – Brasil
Telefone: (91) 3085-4801
www.ihgp.net.br

- **Horário (dias úteis):**

Sob consulta e agendamento.

- **Empréstimo:**

Não será permitido em virtude da raridade e da condição física da documentação.

- **Fotocópia:**

Não será permitida.

- **Acesso à consulta:**

O acesso à consulta é gratuito e será permitido mediante assinatura do Livro de Presença.
Só não será permitida a consulta aos documentos que estiverem deteriorados.

Sobre os organizadores

Ana Negrão do Espírito Santo é biblioteconomista graduada pela Universidade Federal do Pará (1983), com especialização em Organização e Administração de Arquivos pela Universidade de São Paulo/USP (1991). Bem como especialização em Assistente de Conservação Preventiva, curso promovido pelo Arquivo Público do Estado do Pará ARQPEP e SERVIÇO Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI–SP, em 2014. Participou do Projeto "Fontes para a História Social da Região do Salgado", sob a coordenação do Professor Doutor Raymundo Heraldo Maués (UFPA/CNPq), na condição de arquivista. Entre 1992 e 2017, Ana Negrão foi arquivista contratada pelo Arquivo Público do Estado do Pará (ARQPEP), tendo igualmente trabalhado no Projeto de Organização do Arquivo Permanente, entre 1994-1995.

José Maia Bezerra Neto, graduado em História, Bacharel e Licenciado Pleno (1991) e especialista em Teoria Antropológica pela UFPA (1993), mestre em História Social do Trabalho pela Unicamp (2000), doutor em História pela PUC-SP (2009) é professor da Faculdade de História da UFPA desde 1993. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará-IHGP desde novembro de 1997, foi Diretor Administrativo (1998-2001) e o primeiro Diretor do Arquivo "Palma Muniz" (2002-2005) e atualmente Vice-Presidente do IHGP. Durante a graduação foi estagiário do Arquivo Público do Pará (1988) e bolsista de Iniciação Cientifica do CNPq e, após graduar-se, bolsista de Aperfeiçoamento do CNPq dentro do Projeto "Fontes para a História Social da Região do Salgado", sob a orientação do Professor Doutor Raymundo Heraldo Maués, quando teve aprendizado de práticas e técnicas da arquivologia. Desde 2014, pesquisador bolsista do CNPq. Autor do livro "Escravidão Negra no Grão-Pará, séculos XVII-XIX" (Paka-Tatu, 2001; 2011), José Maia também organizou outros livros e publicou vários capítulos de livros e artigos em revistas acadêmicas.

Karla Souza Pinheiro, graduada em História pela Universidade Federal do Pará (1995) com especialização em Educação e Problemas Regionais pela UFPA (2000), é professora de História da Secretaria Municipal de Educação de Belém desde 1996 e professora de História da Secretaria de Educação do Estado do Pará desde 2003. Participou como supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID/CAPES/UFPA - História (2014-2017) e foi preceptora do Programa Residência Pedagógica- CAPES/UFPA- História (2018 - 2019).